

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXV Novembro 1999 Nº 291 Preço 140\$00

• **Direitos e deveres**
Leia as duas novas rubricas de carácter técnico-jurídico nesta secção

página 12

• **AJUTEC'99**
Percorra as novidades em ajudas técnicas expostas neste certame anual da Exponor

página 5

• **Loja da Cultura**
Leia a nova secção - dois novos livros - que o ELO lhe oferece a partir deste número

página 14

• **Aministia Internacional**
Timor ainda precisa do seu valioso contributo

página 7



PORTE PAGO

25 Anos do ELO em Democracia



páginas 3 e 8



IV Congresso em marcha

páginas 9 e 16

Primeiro Encontro no Alto Tâmega



Iniciativa da Delegação do Porto

12.ª Reunião do Conselho Consultivo



Prioridades legislativas defendidas pela ADFA

ADFA descentraliza reabilitação

página 4

Regulamentação do Stress em estudo

página 16

Exposição em Lisboa

Novos conceitos para sensibilizar a comunidade

FOTO: FARINHO LOPES



“Chamar a atenção para que os conceitos das pessoas com deficiência visual nem sempre coincidem com a realidade, mas nem por isso podem deixar de ser aceites” é um dos objectivos da exposição “Ao Encontro de Novos Conceitos”, inaugurada no passado dia 14 de Outubro, no Convento dos Cardais, em Lisboa, organizada pelo Gabinete de Sub-Visão do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto.

A exposição, que vai estar patente ao público até 15 de Novembro, vai mostrar trabalhos que incluem desenhos colori-

dos, peças tridimensionais e outras, reunindo cerca de 100 obras de crianças, jovens e idosos, cegos e com baixa visão, que “evidenciam o empenho das escolas e instituições que participaram”, como referiu a professora de educação especial do Gabinete, Maria Teresa Cavaco.

“Foi nossa preocupação tornar acessível e proporcionar uma visualização e exploração correctas dos trabalhos”, salientou a professora, realçando também a existência na sala da exposição de um estirador e de um candeeiro com luz à disposição dos visitantes, que podem utilizá-los para melhor observar as obras.

A entrada da sala estão colocadas algumas plantas da exposição, a negro e em relevo, para orientação no espaço durante a visita.

No decorrer da exposição vão realizar-se sessões de vídeo com o filme “A Maximização dos Resíduos Visuais num Mundo de Luz e Cor”.

O coro da ACAPO abrilhantou a

inau-guração, actuando na igreja dedicada a Santa Teresa, no Convento dos Cardais. O próprio convento foi considerado pelo coordenador do Gabinete de Sub-Visão, Fernando Bivar, como a “catedral da baixa-visão”, uma vez que durante o século passado as irmãs dominicanas que ocuparam o edifício iniciaram o acolhimento a raparigas cegas.

Desde 1990, são organizadas exposições tácteis para cegos e outros eventos no Convento dos Cardais, considerado um monumento de grande interesse que brevemente vai contar com um museu para exposição do seu espólio de arte sacra, segundo foi referido pela irmã Ana Maria, directora do convento.

A visita de grupos deve ser marcada junto do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, Travessa Larga, 2, 1169-019 Lisboa, telefone 21 354 7043 e fax 21 354 1664.

R.V.

Breves

Motricidade Humana

A ADFa foi convidada pela Sociedade Portuguesa de Motricidade Humana, para estar presente no I Congresso Internacional de Motricidade Humana, que se realizou nos dias 24, 25 e 26 de Setembro, no Instituto Piaget, em Almada.

Estiveram presentes conferencistas nacionais e internacionais, nomeadamente de países de língua oficial portuguesa. Como os trabalhos apresentados foram de carácter científico, ficou patente o interesse e o estudo que vem sendo efectuado na área da deficiência/reabilitação, sob o lema “desporto é vida”, assim como “movimento é reabilitação”.

Desporto

A ANDEMOT, realizou no dia 25 de Setembro, na sede da Liga Portuguesa de Deficientes Motores, uma reunião de trabalho, na qual a ADFa participou.

Tratou-se de uma reunião de trabalho com vista a analisar e aprovar as propostas de actividades desportivas e recreativas apresentadas pelas associações filiadas na ANDEMOT para a nova época 1999/2000. O nome da ADFa foi salientado, devido ao facto de ser a Associação que apresentou o maior conjunto de propostas. A ADFa foi convidada para, na mesa coordenadora, expor o que se vem fazendo e o que pensa fazer-se em termos futuros e em relação ao estímulo dos associados para as iniciativas e na vida activa da ADFa.

AOFA reúne com DN

Os representantes da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) reuniram, no passado dia 14 de Outubro, com a Direcção Nacional da ADFa e apresentaram os recém-eleitos órgãos sociais da Associação.

Foi também exposto um plano de acção com outras associações no âmbito militar, em que a AOFA mostrou a sua disponi-

bilidade para colaborar com a ADFa em acções sobre assuntos de mútuo interesse.

Ciclo de Conferências

No âmbito do programa Ciência, Inovação e Tecnologia, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) organizou duas sessões de conferências no auditório da Quinta da Malvazia, em Lisboa.

O tema da primeira sessão foi “Para uma Sociedade Inclusiva: Medicina e Reabilitação”, e incluiu intervenções sobre a reabilitação, nomeadamente no que se refere à utilização de próteses e à demonstração de tecnologias de apoio através de videoconferência.

A segunda conferência foi subordinada ao tema “Aspectos Socio-profissionais e Sociedade Inclusiva”, destacando-se a reabilitação e inserção profissional das pessoas portadoras de deficiência como fonte das intervenções dos palestrantes convidados.

REHA'99

Vai realizar-se em Düsseldorf, Alemanha, de 3 a 6 de Novembro, o certame REHA'99 - Reabilitação - Ajudas Técnicas - Tratamento - Feira Profissional para Deficientes, que vai contar com a participação de mais de 800 expositores internacionais que vão oferecer uma visão sobre os mais recentes produtos, meios auxiliares e serviços para a reabilitação e tratamento de pessoas portadoras de deficiência.

Além das inúmeras exposições especiais e dos diversos encontros profissionais entre técnicos, vai ter lugar a 5ª Conferência da Association for the Advancement of Assistive Technology in Europe (AAATE), cujo tema será a tecnologia de assistência na entrada do novo milénio e que conta com a presença de várias organizações e associações.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFa, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Abdul Jalo
Abel Luis Pires dos Santos
Alberto Lholho Julio Cossa
Alda Pereira do Norte Brito
Aliucene Nhamajo
Américo de Oliveira Brito
António Rodrigues Pouseiro
Arnaldo Francisco Patrocínio
Augusto Manuel Barata
Celdo Martins de Sousa
Daniel Fernando Marques da Costa
Dionísio Carreira Lopes
Elza Oliveira do Vale
Estevam do Carmo Moura
Isidro Vilhena Barreiro
José dos Prazeres Loureiro
José Joaquim Magalhães Teixeira
José Luis Ribeiro de Almeida Leite
José Maria Barros Lopes
José Vicente Refachinho Mourão
Josélia Ferreira Badoca Fradique Ribeiro
Leonel Cardoso Gonçalves
Luis Cardoso Ponte Queimado
Luis Esperança Reis
Luis Henriques Alves da Silva
Mafugi Nhamajo
Mamadú Será
Manuel dos Santos Batista
Manuel Poças Nabais
Maria Antonieta F. Gaspar da Gama Gameiro
Maria de Lurdes Esteves Fernandes
Mustafa Nhamajo
Oldemiro Batista Pereira
Rui Manuel Guerreiro Ramos
Suzete Maria Correia Vasconcelos Fangeiro
Vitalina Rodrigues Neves de Sousa
Vitor Manuel Ferreira de Barros

O ELO corrige

Na última edição, por lapso, na página 16, na notícia intitulada “Vencimentos dos militares”, escreveu-se “(...) cujos efeitos se produzem desde o passado dia 1 de Junho de 1999 (...)” onde deveria ler-se: “(...) cujos efeitos se produzem desde o passado dia 1 de Julho de 1999 (...)”.

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª Feira de Novembro, dia 4, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Novembro, dias 6 e 20, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Novembro, das 9h00 às 12h00. No último Sábado do mês, dia 27, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

S. Martinho

No dia 6 de Novembro, Sábado, realiza-se a festa de S. Martinho, em Cantanhede.

Pesca em Setúbal

De 23 a 30 de Novembro vai realizar-se o IV Torneio de Snooker da ADFa, na Sede Nacional.

Castanhas na Sede

No dia 11 de Novembro, Quinta-feira, a Sede Nacional organiza o seu Magusto, pelas 17h00.

Exposição de pintura

De 22 a 30 de Novembro a Sede Nacional organiza uma exposição de pintura.

25º Aniversário do ELO

No dia 23 de Novembro, Terça-feira, o ELO comemora 25 anos de publicação ininterrupta.

No dia 26 de Novembro, Sexta-feira, o ELO organiza o Encontro de Associativismo Militar e a sua Imprensa e o jantar comemorativo do 25º aniversário da sua publicação, na Sede Nacional.

Dia da Pessoa com Deficiência

No dia 3 de Dezembro, Sexta-feira, têm lugar as comemorações oficiais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, em Beja.

Desporto na Sede

Nos dias 4 e 5 de Dezembro, Sábado e Domingo, respectivamente, vai realizar-se um convívio desportivo na Sede Nacional.

Aniversário

No dia 7 de Dezembro, Terça-feira, Sessão Solene de comemoração do aniversário da Delegação do Porto. No dia 8 de Dezembro, Quarta-feira, realiza-se o almoço comemorativo do aniversário da Delegação do Porto.

Convívios de Natal

No dia 5 de Dezembro, Domingo, vai ter lugar a tradicional festa de Natal da Delegação do Funchal.

No dia 10 de Dezembro, Sexta-feira, realiza-se a confraternização (jantar) com os funcionários e colaboradores da Delegação de Famalicão.

No dia 11 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Coimbra realiza o almoço-convívio de Natal.

No dia 11 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Faro realiza o seu almoço de Natal.

No dia 12 de Dezembro, Domingo, realiza-se a festa de Natal da Delegação de Famalicão.

No dia 18 de Dezembro, Sábado, realiza-se o almoço de Natal da Delegação de Évora, em Estremoz.

No dia 18 de Dezembro, Sábado, realiza-se o almoço de Natal com os trabalhadores da Sede Nacional.

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfo@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfo-portugal.com • ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFa 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 757 0502 / 21 757 0583 / 21 757 0645 • Fax: 21 757 1319 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katali, Luis Baltazar, Luisa Nera, Mário Inácio, Mário Tomé, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grápharra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt.93-A 7ºC - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFa Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Imprensa, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFa ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 600 exemplares



Jaime Ferreri

O Compromisso

Se eu fosse dálmata e tivesse o azar de ter por dono tal costureira de moda, alçava a perna e zás. Ali defronte de todos, como todos os cães que se prezam, em directo pela televisão, para que o país percebesse que deve custar menos a um touro morrer (é só um instante, um sufoco) do que ser-se, como cão, escravo toda a vida.



Em todos os jornais, na televisão, ficámos a saber que um ministro, o da Administração Interna, se pode, a curto prazo, sentar no banco dos réus por ter faltado ao respeito a um pobre cornúpeto "assassinado" em Barrancos. E assim a palavra dum juiz, protector dos pobres bichos, fazedor de providências cautelares, que se sente desafiado na autoridade que de longe faz chegar ao Alentejo. Falta saber se o "seu" tribunal não se alimenta também de atrasos na administração da justiça, se das suas mãos não estão também pendentes outros despachos... Claro, despachos sem importância, tendo em atenção a referência a pleitos que apenas defendem homens.

Sabe bem viver num país que se embulha em tais guerras, que culpa a Guarda Republicana por se deixar enganar no touro que chega à improvisada praça. Fazer vista grossa deste transporte "criminoso" é pactuar, é colaborar no logro à justiça. Um país que viveu Timor, que não regateou uma lágrima de despedida à senhora D. Amália, que fez das eleições de Outubro um empate técnico propício ao estudo e à investigação académica, que ganhou nova Aljubarrota na Alemanha, não pode deixar que uma novíssima ala de namorados o represente e tente, com o apoio dos media, impor uma não menos nova cultura aos demais. Daqui a dias, uma minoria protectora de bichos relega-nos a todos para secundário plano.

Talvez que em breve os homens poeem em sonhos a impotência de não terem nascido touros. Talvez venha a valer a pena ser-se cornúpeto de estimação num qualquer jardim de capital.

Isto é que é um país... tem um primeiro-ministro respeitado no mundo

(vai ser presidente da internacional socialista, quase era, se o quisesse, senhor da Europa) e muitas vezes, talvez vezes demais para o meu gosto, desrespeitado cá. O azar dele é não ser boi e bravio de preferência. Toda essa gentinha se bateria também por ele... mas o senhor primeiro-ministro parece não pertencer a essa ala; quer um picadeiro em Lisboa, num apoio claro à arte equestre e ao cavalo lusitano. Está a um passo se ser crucificado por um bicho...

Mas a moda... e qualquer barbeiro faz moda hoje no meu país, é chegar-se à televisão, e gritar-se que são selvagens todos aqueles que se deliciam numa tourada. De qualquer modo prefiro assistir a uma tourada que dar-me ao luxo de passear um pobre dálmata num programa de televisão. Há quem não perceba que um cão não foi feito para as "passereles" da TV. Se eu fosse dálmata e tivesse o azar de ter por dono tal costureira de moda, alçava a perna e zás. Ali defronte de todos, como todos os cães

que se prezam, em directo pela televisão, para que o país percebesse que deve custar menos a um touro morrer (é só um instante, um sufoco) do que ser-se, como cão, escravo toda a vida. E que pior de ser-se escravo é ter-se o azar de servir de complemento ao visual dum pobre tonto que precisa dum cão para se impor como homem e dum touro para se afirmar dono de um nico de sensibilidade.

Mas este país tem princípios... primeiro era só a protecção aos toiros de morte... depois era a total abolição das touradas, o fim desse espectáculo bárbaro a "desumanizar" o touro. Coitado do bicho que chegou à glória dos altares e a que resta agora um estoque... Sempre era melhor no passado, um passado preenchido pela ignorância a tornar o homem adorador dum bezerro. Resta saber se aqueles que se apregoam de possuidores de cultura, de sensibilidade transumana para se irmanarem num touro, não se tornam devotos do bicho, afinal de contas, como cultores

da mesma ignorância que em si recusam ver.

Combater a tourada é a forma mais subtil de combater o toiro. Se não houvesse touradas, os toiros morreriam por si... os cavalos deixariam de ser trabalhados, a riqueza dos campos seria irremediavelmente menor. Os "protectores" dos pobres bichos deixariam os seus andares em Lisboa, as "passereles" do mundo, as noitadas de folga, os fins de semana de lazer e assumiam o compromisso de tratar, criar, perpetuar os animais que dizem defender? E que amar um bicho, gostar dum toiro, dum cavalo, é fundamentalmente, em cada dia, em cada noite, em cada fim de semana, tratá-lo, alimentá-lo. Não é como um cão que se passeia de carro, se deixa à empregada ou se abandona na rua. Estou cheio dos que reclamam a moral para os bichos como forma de esquecer a moral que é devida aos homens. •

Episódios

30 anos depois

Num dos fins de semana de Outubro fui até Estremoz para, no velho RC 3, participar no encontro de confraternização comemorativo do 30º aniversário do regresso da minha Companhia de Moçambique. Para além de situações de proximidade geográfica ou de amizade que perdurou e se alimentou em encontros restritos e continuados, esta foi a primeira vez que boa parte



José Diniz

destes ex-combatentes se tornou a ver. Por isso, a expectativa era grande bem como o desejo de, finalmente, saber notícias de tantos companheiros de picada.

As expectativas não se goraram, pois, apesar do tempo decorrido, ainda compareceram à chamada 70 elementos da Companhia acompanhados das respectivas esposas, filhos e netos. O que já se tornou difícil foi reencontrar as caras familiares dos jovens de vinte anos que todos nós éramos. A frescura da juventude já era em todos uma

saudade. E se em alguns se podia adivinhar uma imagem de desafogo e de uma vida de sucesso, noutros percebiam-se as marcas de uma vida dura e difícil em que a sorte tem sido madrastra.

De alguns vieram queixumes das marcas físicas e psicológicas herdadas dos tempos de Mueda e de Tete. A par disso vieram desabafos de revolta por processos ainda não resolvidos, por doenças que se agravaram, por incompreensões recebidas de todo o lado. Para estes, felizmente poucos, a guerra ainda não

acabou; a sua luta transferiu-se da selva africana para a selva humana da burocracia.

Foi um dia de emoções fortes e de grande contentamento por rever tantos amigos. De poucos consegui recordar a cara e os nomes, mas, passados os embaraços iniciais, depressa todos tinham recuado trinta anos e a memória dos bons e dos maus momentos, da amizade interrompida, brotava em histórias e episódios que a todos marcaram para sempre. •

25 Anos

a construir

o futuro



António Carreiro

O ELO celebra as bodas de prata este mês de Novembro. É justamente um motivo de especial orgulho para a nossa Associação. Com efeito, não foi fácil percorrer estes vinte e cinco anos dando vida a uma publicação que, essencialmente, se afirmou pelo esforço devotado de um enorme número de associados que, tenaz e perseverantemente, souberam ultrapassar as condições precárias para o editar que sempre foram seu apanágio.

Exemplo de dinamização e polo aglutinador do todo associativo, sofre o seu aniversário por encerrar o ciclo das comemorações do aniversário da ADF. Mas sempre os associados lhe têm dispensado a atenção condigna.

Este ano, espera-se que o "Encontro sobre o Associativismo Militar e a sua Imprensa", além do tradicional convívio associativo, venha marcar a aproximação entre camaradas de armas e a contribuir para a prossecução dos objectivos da Associação, através da sensibilização das estruturas associativas dos militares.

É um desafio que nos lançamos a nós próprios e aos outros, que se espera produza frutos e marque a celebração dos vinte e cinco anos.

Outro tema também com o "futuro" como meta é o IV Congresso cujo despoletar fica a assinalar este número do ELO.

É o tema por excelência para comemorar os nossos vinte e cinco anos. "Debater agora é prevenir o amanhã," lema deste congresso, também ilustra a constante preocupação do ELO, em cada número, sempre inconformado e insatisfeito, nunca se acomodando e dando voz ao todo associativo.

Fica o apelo a que todos participem na data festiva, de grande regozijo para a ADF, assinando-se a efeméride com a dignidade que nos merece o ELO.

ADFA Promove

Encontro de Deficiência e Reabilitação do Alto Tâmega

A criação de um Fórum que proporcione a discussão regular dos vários problemas que afectam a pessoa portadora de deficiência foi a grande conclusão do Encontro de Deficiência e Reabilitação do Alto Tâmega, que teve lugar em Chaves, nos dias 22 e 23 de Outubro e que reuniu diversas entidades da região que directa ou indirectamente estão ligadas à questão da deficiência.

O primeiro dia foi dedicado ao debate, com a realização de um colóquio que contou, na sessão de abertura, com a presença do Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (SNRIPD), Vitorino Vieira Dias, e que na sua comunicação, além de cumprimentar a ADFA pela organização do encontro, salientou as questões da cidadania e igualdade de oportunidades, as acessibilidades e empregabilidade como sendo os principais eixos de actuação do Secretariado. Apesar dos esforços,

Vitorino Vieira Dias referiu que "a política de reabilitação não é fácil" e acrescentou que "é fundamental a organização deste tipo de iniciativas para que se faça um diagnóstico da situação e que se equacione as melhores soluções para os vários problemas".

Diagnosticar esses problemas foi, aliás, um dos objectivos do encontro, assim como a apresentação do trabalho que tem vindo a ser feito pelas diversas instituições e os projectos para o futuro.

FOTOS: ANABELA VIEIRA



O SNRIPD esteve representado no Encontro por Vitorino Vieira Dias

Carência de recursos

A falta de recursos quer técnicos, quer humanos, são a grande preocupação de todas as entidades. O Hospital de Chaves é disso um exemplo, "devido aos poucos meios de que dispomos, somos grande parte das vezes obrigados a encaminhar os nossos utentes para Vila Real", referiu o presidente do conselho de administração do Hospital, António Borges.

Este problema faz-se, igualmente sentir ao nível das associações de deficientes que dizem não ter capacidade de resposta para os

inúmeros casos de pessoas que todos os dias lhes batem à porta. A dimensão da questão é resumida por Manuel Silva, um dos organizadores do encontro que afirma que "as condições de funcionamento das associações na região não são sequer as razoáveis".

As acessibilidades para pessoas com deficiência e as barreiras arquitectónicas foram outros dos pontos mais discutidos. Segundo o Secretário Nacional para a Reabilitação, "esta tem de ser uma bandeira de cidadania". Já existe uma lei que prevê acessibilidades para deficientes nos espaços

públicos, no entanto, diz Manuel Silva, "verifica-se um grande incumprimento da lei".

Foi também anunciada, por Vitorino Vieira Dias, a intenção de ser publicada, ainda durante esta legislatura, uma lei a prever boas condições de acessibilidade nos projectos para habitação.

A propósito, o presidente da Câmara Municipal de Chaves fez mesmo uma proposta no sentido de as associações fazerem pressão junto do governo, para serem ouvidas aquando a aprovação de projectos.

Quanto ao futuro, existem vários projectos, alguns deles já em fase de desenvolvimento, é o caso do lar residencial de Boticas, que segundo o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, Nuno Rodrigues, irá contemplar valências, como um lar de apoio e centro de actividades ocupacionais, com abertura prevista para Março do próximo ano. Em Vidago está também em curso um projecto de abertura de um centro de apoio protegido. Estes dois projectos, são para o provedor "uma esperança e uma tentativa de resposta para a população portadora de deficiência da região".

Em jeito de conclusão, Jorge Maurício apelou às organizações que pressionem o governo no sentido de encontrar respostas para os problemas da deficiência e referiu "acima de tudo, somos deficientes de Portugal, podemos ser felizes assim nos deixem".

A.V.

Desporto para todos

O dia 23, Sábado, foi dedicado ao desporto. Devido ao mau tempo e à ausência de algumas equipas convidadas, já que se encontravam a participar em campeonatos regionais, a corrida de 1500 metros sob o lema "Solidários na Diferença", acabou por ser adiada. No entanto, e já dentro do pavilhão desportivo do Regimento de Infantaria 19, teve lugar o torneio de futebol entre equipas da ADFA.

No primeiro jogo defrontaram-se as equipas do Porto e Viseu. Apesar do guarda

redes, com a sua enorme barriga, ter conseguido evitar que algumas bolas entrassem na baliza, não chegou para defender os sete golos marcados pela equipa do Porto.

No segundo jogo, entre Chaves e Bragança, a equipa anfitriã, apesar de ainda não ter equipamento oficial, inovou o campeonato ao colocar duas raparigas, filhas de associados, como jogadoras, o que prova que o futebol na ADFA está também aberto ao sexo feminino. Apesar dos golos, foi um jogo bastante equili-

brado, onde, e parafraseando um conhecido comentador desportivo, se debateu "a força da técnica contra a técnica da força".

Apesar do barulho feito pelos adeptos das várias equipas, o presidente da Delegação de Bragança ia ditando a tática para dentro do terreno de jogo. Por seu lado, o árbitro também não escapou às "bocas" da assistência, chegando a ser ameaçado de ir preso pela polícia militar, ou não estivessemos nós dentro de um quartel.

A vencedora do torneio foi a equipa de Bragança, que na fase final defrontou a equipa do Porto.

A manhã dedicada ao desporto terminou com um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, entre duas equipas da Associação dos Deficientes Motores Transmontanos.

No final, todos tiveram direito taças e medalhas e à habitual fotografia de família.

A.V.

Almoço convívio

O 1º Encontro de Deficiência e de Reabilitação do Alto Tâmega, terminou com um almoço convívio no Regimento de Infantaria 19, em Chaves.

Novidade para uns, motivo de recordação para outros, a feijoada à transmontana foi servida na habitual louça dos quartéis, onde até as canecas são em inox.

Após o almoço, foi tempo de discursos. Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, entidade promotora do encontro, aproveitou para agradecer, além da participação de todos os presentes, a grande dedicação dos associados de Chaves que "se empenharam fortemente na realização desta iniciativa", numa demonstração de que "a ADFA continua cada vez mais viva e dinâmica".

Por seu lado, Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, fez uma pequena análise do que foi o encontro. Referiu que "ainda há um grande caminho a

percorrer" e acrescentou que "desde que haja uma sintonia mínima, é possível fazer um grande trabalho na região".

"Os direitos de cidadania não são retirados do orçamento do estado", disse.

Visivelmente emocionado, afirmou que "ainda somos uma bolsa de exclusão" e justificou "somos ignorados, marginalizados", no entanto, salientou, "estamos a caminhar para uma atitude solidária, e acima de tudo temos uma grande força".

A intervenção terminou com um grande "viva a ADFA".

Manuel Silva, o grande responsável pela organização do encontro, não disfarçava a sua satisfação. "É com iniciativas deste género, com debate sobre os problemas, que se consegue chegar a alguma conclusão", referiu. "Este encontro foi o pontapé de saída para um importante trabalho que possamos vir a desenvolver", concluiu.

A.V.



O Almoço reuniu várias dezenas de associados e familiares

AJUTEC'99

Ajudas técnicas para todas as necessidades

Teve lugar, de 14 a 17 de Outubro, na Exponor, no Porto, a 6ª edição da AJUTEC'99 - Feira Internacional de Ajudas Técnicas para Pessoas com Deficiência.

Aqui, durante quatro dias, visitantes de todo o País tiveram oportunidade de apreciar uma mostra completa do que de melhor e mais funcional existe ao nível das ajudas técnicas. Mobilidade, acessibilidade, habilitação e reabilitação, desporto, cultura e lazer e comunicação, foram as principais áreas de aposta dos cerca de 150 expositores.

Há semelhança dos anos anteriores, também a ADFA marcou presença neste certame, através do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG).

"Mais do que vender produtos, a nossa aposta é dirigida, sobretudo, no sentido da

divulgação dos nossos serviços", referiu Jerónimo de Sousa, director de CRPG. Na área da mobilidade, o Centro apresentou diversos equipamentos, como próteses transtibiais, ortóteses em carbono, cadeiras de verticalização e de liga leve, entre outras. Em termos de comunicação esteve também em exposição um computador com software e hardware vocacionado para pessoas com necessidades especiais, além de outros equipamentos acessórios.

Paralelamente à AJUTEC'99, teve lugar uma demonstração de ajudas técnicas, subordinada ao tema "necessidades dos clientes e critérios de prescrição", destinadas a associados da ADFA e a utentes do Centro de Reabilitação. Além da apresentação dos vários equipamentos, em destaque, esteve a

apresentação do CD ROM "Daily", um projecto comunitário, liderado pelo CRPG em parceria com uma instituição italiana e outra norueguesa, que pretende constituir um guia de ajuda à utilização das ajudas técnicas por parte de idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Segundo Jerónimo de Sousa "este é um projecto inovador, que foi bem aceite pela União Europeia e que estará à disposição a curto prazo". A grande questão reside na distribuição do CD que, diz o director do Centro, "o ideal é que fosse distribuído a nível nacional, a lares de idosos, hospitais, centros de saúde, gabinetes de arquitecturas, enfim a todas as entidades que directa ou indirectamente, trabalham com pessoas deficientes".

A prescrição de ajudas técnicas, foi outro assunto em debate. Jerónimo de Sousa não tem dúvidas que, "em termos de tecnologia, existe de tudo para fazer face às necessidades do deficiente, no entanto, não existe grande informação no que respeita à sua utilização e rentabilização".

Por outro lado, existe a questão do acesso às próprias ajudas em que o preço constitui o principal entrave. Além disso, diz o director do CRPG, "todo o processo de aquisição de ajudas técnicas é bastante moroso e burocrático", e acrescenta, "estes problemas são social e politicamente pouco valorizados". A este propósito do CRPG já apresentou ao governo uma proposta no sentido de clarificar toda esta situação. •

A.V.

Secretário Nacional de Reabilitação em entrevista ao ELO



Uma das entidades presentes no Encontro do Alto Tâmega foi o Secretário Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência, Vitorino Vieira Dias que, em entrevista ao ELO, fez um balanço do trabalho desenvolvido pelo Secretariado, comentou o dossier das ajudas técnicas e deu conta de alguns dos projectos a desenvolver num futuro próximo, entre os quais a realização de um inquérito a nível nacional sobre acessibilidades e integração da pessoa deficiente.

ELO - No inquérito que vai ser feito às famílias portuguesas as associações foram ouvidas?

Secretário Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência - Sim, sem dúvida. Aliás, o Secretariado empenhou-se conjuntamente com o Conselho Nacional de Reabilitação e já foi criado um consenso com o conselho Nacional de Estatística, para integrar, no próximo senso de 2001 um conjunto de perguntas direccionadas à população deficiente em que serão focados aspectos como acessibilidade e a integração do deficiente na família.

ELO - Já existe legislação que prevê a obrigatoriedade de acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência nos edifícios públicos, mas que no entanto, muitas vezes não satisfazem as suas necessidades. O que pensa da articulação, por exemplo, entre gabinetes de arquitectura e engenharia e as autarquias?

SNRIPD - O caminho é feito caminhan-

do. Foi feito um inquérito nacional junto dos governos civis, nem todos compareceram, no entanto, considero que esta acção de sensibilização obteve bons resultados. Além disso existe uma lei que diz que não poderá ser licenciado qualquer projecto com barreiras arquitectónicas, físicas ou urbanísticas, assim como, é necessário num prazo de sete anos adaptar todo o meio edificado público

ELO - Mas existem meios de fiscalização nesse sentido?

SNRIPD - Esta é uma lacuna da lei. Há que confiar no bom senso e na sensibilidade dos autarcas. Se não resultar este processo de sensibilização terão que ser estabelecidas novas sanções. No entanto, estou optimista.

ELO - Uma frase que o sr. Secretário proferiu é que com o terceiro e quarto quadro comunitário de apoio não vai faltar dinheiro. De que forma é que ele vai ser aplicado?

SNRIPD - No momento os recursos são escassos, mas com a ajuda do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, com a criação de redes articuladas e com o surgimento de projectos inovadores e creíveis, será possível otimizar os recursos. Os projectos terão de ser participados e nascidos do terreno, é a tal ideia de gerir globalmente e agir localmente.

ELO - Em termos práticos, e por exemplo no que respeita às ajudas técnicas, de que forma a pessoa portadora de deficiência será beneficiada?

SNRIPD - Este é um problema complexo, que não se vai resolver pela via do Quadro

Comunitário de Apoio, tem que ser resolvido em primeira mão pelo orçamento de estado.

ELO - Mas também sabemos que o orçamento para esta área é escasso...

SNRIPD - Quando tomei posse o montante para as ajudas técnicas era menos de metade do que é hoje. Foi possível fazer um esforço orçamental de passar de 400 mil contos para um milhão e 100 mil contos. O problema é outro, tem a ver com a justiça da gestão.

ELO - Ainda sobre as ajudas técnicas, não considera que deveria ser feita uma campanha nacional de informação, no sentido de esclarecer as pessoas sobre onde poderão dirigir-se para tratar dos seus problemas?

SNRIPD - Tem razão. É necessário reforçar o acesso à informação. Eu tenho uma linha directa, muito consultada, mas ainda não suficientemente divulgada. Eu próprio sou crítico do dossier das ajudas técnicas, estou insatisfeito, mas, devido à complexidade do problema, não foi possível neste primeiro mandato contorná-lo, no entanto, garanto que vai ser uma prioridade no novo mandato.

É fundamental garantir um processo administrativo simplificado, célere e justo e não como até agora, que quem tem acesso à informação acede às ajudas técnicas e quem não tem, fica pelo caminho. Isto não pode continuar a acontecer.

A.V.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Restaurante-Bar ADFA
Sede Nacional - Av. Padre Cruz, Lumiar

Almoços todos os dias úteis • Self-service e serviço de mesa
Almoços de confraternização, Casamentos e Baptizados ao Sábado mediante marcação
Encerrado ao Sábado e Domingo • Capacidade para 120 pessoas • Estacionamento privativo

Reservas e marcações pelo tel.: 21 757 0502
Dr.ª Ana Leonor ext.: 226 ou Sr. Teixeira ext.: 231

RETROSARIA DANIEL ALVES

FAZEMOS DESCONTOS ESPECIAIS A DEFICIENTES DE (5% A 30%) PORTADORES DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

TEMOS VASTA GAMA, EM ARTIGOS DE RETROSARIA LINGERIE P/ SENHORA E ROUPAS INTERIORES P/ HOMEM

VISITE-NOS! COMPARE OS NOSSOS PREÇOS!

Praceta S. Tomé e Príncipe, Loja n.º 1 RIO DE MOURO Serra das Minas
Telef.: 21 926 1738 - T.M.: 96 708 9510



João Gonçalves

Reflexão

É geral o lamento sobre a crise de valores que o mundo hoje atravessa. Todos têm direito a tudo, tudo é igual, não há barreiras éticas nem morais, e parece que nem jurídicas. É o "salve-se quem puder".

Há uma série de semanas que os órgãos de comunicação social, nacional e mundial, rádio e televisão, fazem de Timor a primeira notícia, e os jornais não retiram a notícia da primeira página, e bem. A tão criticada comunicação social tem sido a voz e o motor de um País que alastrou e alastra a todo o Mundo e assim chegou a notícia onde não se via nem se ouvia e ainda menos se motivava o Mundo para a causa de Timor. Muitos acontecimentos, muitas cimeiras, telefonemas e conversas diplomáticas falaram as imagens e os gritos de Timor, os gestos simples, as liturgias

de rua, os silêncios, os cordões-vigília e a exposição pública da fé, fez-nos crer que a fé não é uma questão privada. Vieram ao de cima muitos pecados de silêncio e indiferença. Percebeu-se que as alianças entre os grandes, a democracia, os direitos humanos, são direitos a que todo o cidadão do Mundo tem direito.

Fez-se história, ergueu-se com um imenso acto de esperança, um grande acto de amor e humanidade, foi reforçada a convicção da nossa fragilidade e afirmaram-se os nossos valores. Apercebi-me, e já sabia, que o dinheiro e o poder não é tudo.

A solidariedade para o povo de Timor, no cumprimento do dever, na educação e na saúde, na habitação, na construção de um

País e na reconstrução de um Povo, e isso não se aplica apenas a Timor, tem que ver connosco.

Ainda hoje me pergunto: em que País estamos nós? Como vai, de facto o poder político em muitas áreas relativas aos deficientes militares, mais concretamente o direito à pensão, ou transmissibilidade da pensão para todas as viúvas dos deficientes militares?... A Lei foi publicada em Julho, Agosto de 1998 e há viúvas que nada recebiam. Hoje recebem dezasseis mil e quinhentos escudos por mês, que lhes dá para comprar o pão. E, o leite, o peixito e um naco de carne. Que triste sina a da maior parte das viúvas dos homens que serviram a sua pátria, que nem direito à pensão mínima têm.

A culpa disto já não é da legislação que não temos, é da legislação que foi mal preparada ou mal interpretada pela Caixa Geral de Aposentações que, não sei porque motivos, não permite a acumulação, como inicialmente procedia. Mesmo em relação às viúvas dos DFA (Deficientes das Forças Armadas) há diferenças abismais.

Mas, por agora ficamos por aqui.

Mais palavras para quê? Vamos propor aos juristas a preparação de uma alteração à Lei ou a interpretação correcta a apresentar ao governo para que todas as viúvas dos deficientes militares tenham uma pensão digna e o direito a viver com o mínimo de dignidade. •

Breves das Delegações

Coimbra

Convívio de S. Martinho

Em Cantanhede, no dia seis de Novembro, vai realizar-se a festa que celebra o S. Martinho. A Delegação de Coimbra solicita aos associados de Cantanhede que indiquem um local onde este convívio possa efectuar-se. •

Convite aos associados

A direcção da Delegação de Coimbra convida os associados a organizarem a Festa de Natal nas zonas onde habitam.

A Delegação vai dar todo o apoio aos grupos que levem para a sua região a realização deste evento.

"Mostra que na tua terra a ADFA está unida", é o desafio proposto pela direcção da Delegação de Coimbra. •

Prestação de serviços

A Processo T - Terapia e Intervenção Psicossocial, Lda., instituição vocacionada para a prestação de serviços terapêuticos, de consultoria, investigação e formação na área da Sócio-Psicologia, em contacto com a Delegação da ADFA em Coimbra, mostrou a sua disponibilidade quanto às necessidades da Associação. A instituição dispõe de terapeutas familiares,

psicoterapeutas, técnicos de orientação escolar e profissional, e assistentes sociais, entre outros serviços. •

Natal em Coimbra

O almoço-convívio de Natal está marcado para o dia 11 de Dezembro, organizado por José Carvalho Orfão. O preço é de 3.000 escudos por pessoa e as inscrições podem efectuar-se até 7 de Dezembro, na sede da Delegação. •

Évora

Convívio de Natal

Realiza-se no dia 18 de Dezembro, em Estremoz, o convívio de Natal da Delegação de Évora, a festa inclui no seu programa, pelas 09h30, uma concentração na Delegação, seguida às 10h00 de partida do parque de estacionamento da Estrada das Piscinas, junto à muralha. Pelas 12h00 terá uma concentração em Estremoz, junto à sede dos Bombeiros Voluntários de Estremoz. A finalizar o encontro vai ter lugar o almoço pelas 12h30. O transporte será feito em autocarro, entre Évora - Estremoz - Évora e é garantido gratuitamente pela Delegação.

As marcações para o almoço e para o lugar no autocarro devem ser feitas até dia 10 de Dezembro, às 17h00, através do telefone 266 70 3473. O preço do almoço é de 2.000 escudos, por

adulto e de 1.000 escudos para crianças maiores de dez anos.

Vão ser oferecidas prendas aos filhos e netos dos associados que estiverem presentes no convívio e que sejam menores de dez anos. •

Descontos para associados

A Delegação de Évora celebrou um acordo com a CIN (Corporação Industrial do Norte, S.A.) que contempla um desconto de 25 por cento em todos os seus produtos, aos associados da ADFA. •

Aniversário

O secretário da Direcção da Delegação e o funcionário da Delegação assistiram ao 76º Aniversário da Liga dos Combatentes, que se realizou em Santarém no dia 16 de Outubro, a convite do Núcleo da Liga dos Combatentes em Évora. •

Faro

Festa de Natal

Este ano, a festa de Natal da Delegação de Faro realiza-se na COOPPOFA, no próximo dia 11 de Dezembro, pelas 13h00.

O almoço com o preço de 3.000 escudos por pessoa, vai contar com uma ementa com

entradas de marisco e leitão, arroz de marisco, entrecosto e entremeada ou frango no churrasco, vinhos e águas e sumos à descrição e cafés, fruta ou doce.

A Cooperativa de Consumo Popular de Faro, C.R.L., situa-se na rua Dr. Emilio Campos Co-roa, em Faro, e o telefone e fax são, respectivamente, 289 86 2094 e 289 86 2095.

As inscrições devem ser feitas directamente para a Delegação da ADFA em Faro até ao próximo dia três de Dezembro, pelo telefone 289 82 8515. •

Funchal

Natal na Delegação

A Delegação do Funchal vai realizar a tradicional festa de Natal, no próximo dia cinco de Dezembro, no Restaurante "A Parreira". Os associados interessados podem contactar a Delegação pelo telefone 291 76 5171. •

Ponta Delgada

Funcionamento da Delegação

A Direcção continua a assegurar o serviço de apoio aos associados todas as Segundas-feiras das 9h00 às 17h00 e nos restantes dias, pelos números 96 623 4730 (secretário) ou 296 381 635 (presidente da Delegação). •

Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda
representante exclusivo da



em transformações de viaturas para deficientes

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 351-234 59 8161 * fax: 351-234 59 8162 * jamacedo@mail.telepac.pt

COMPANHEIROS PROCURAM-SE

Colegas que prestaram serviço na Índia, na 1.ª Companhia de Caçadores de Damão, que foram feitos prisioneiros de guerra.

Resposta ao N.º 291 deste Jornal

CAVALHEIRO

Divorciado, 49 anos com casa, carro e situação sócio-económico estável, pretende conhecer senhora divorciada ou viúva de idade aproximada que seja honesta e com carácter para formar lar feliz. Assunto muito sério. Resposta com telefone para: António Araújo Pinto
R. Cerrado do Zambujeiro, N.º 5 - 2.º Frt.
Buraca - 2720 AMADORA



ADFA participa

Cicloturismo serra acima

A equipa de cicloturismo da ADFA participou na subida da Serra da Estrela organizada pela Federação Portuguesa de Cicloturismo, nos dias 16 e 17 de Outubro, prova que envolveu a participação de mais de 300 ciclistas, além

da enorme caravana de carros de apoio que acompanharam as equipas.

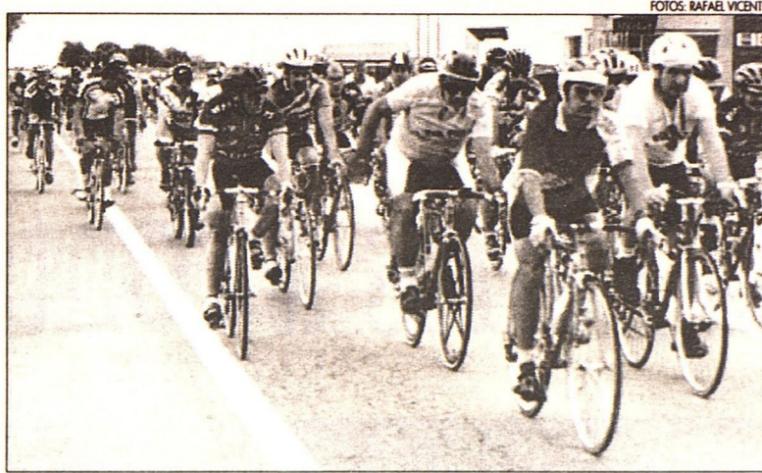
Luís Noronha, Farinho Lopes, José Santos, José Parreira e Costa Pinto foram os atletas que formaram a equipa que representou a

ADFA neste encontro desportivo.

Uma vez que o cicloturismo não é um tipo de prova com classificações individuais, valeram o convívio e o companheirismo que fez realçar o calor humano entre os participantes.

A ADFA esteve muito bem representada, uma vez que a equipa de apoio foi constituída pelos próprios presidentes das direcções das delegações de Castelo Branco (José Garrido), de Coimbra (José Parracho) e de Viseu (João Gonçalves e família), bem como pelo associado Luís Baltazar que, com as respectivas carrinhas de apoio da Associação, chamaram a atenção da assistência para a participação da ADFA na corrida e garantiram a cobertura jornalística deste evento desportivo.

A primeira etapa, realizada no dia 16, teve o seu início em Castelo Branco e passou por Alcaíns, subindo a Serra da Gardunha em direc-



FOTOS: RAFAEL VICENTE

ção ao Fundão, onde os ciclistas pararam para um lanche, seguindo até à Praça do Município, na Covilhã.

Na primeira etapa registou-se o cansaço natural aquando da subida da Gardunha e mesmo no final, ao ascender ao local da chegada, na Covilhã. Farinho Lopes e José Santos tiveram uma excelente prestação nesta etapa, da mesma forma que José Parreira, Luís Noronha e Costa Pinto mantiveram bem elevado o nível da sua participação nesse troço.

Na segunda tirada da prova, no dia 17, "foi mesmo um osso duro de roer", conforme foi salientado pela equipa da ADFA, lembrando-se que o percurso consistiu na subida até à Torre, desde a Praça do Município da Covilhã, numa etapa com 22 quilómetros sob um clima agreste, frio e húmido, que dificultou bastante a pedalada do grande grupo de cicloturistas.

Conforme os cicloturistas chegavam às Penhas as Saúde constata-

ram que se faziam sentir o que, depois de trepar pela serra acima "não foi fácil de aguentar", garantiu Farinho Lopes.

"Temos que destacar a capacidade de sofrimento e o valor atlético do nosso camarada Luís Noronha, pois nada o fez parar na subida, levando a que chegasse à Torre com o grupo da frente", salientaram todos os elementos da equipa, numa apreciação geral sobre a segunda parte do evento.

Em destaque ficou também a presença de vários associados da ADFA que durante a prova se acercaram das viaturas dizendo que, como associados, também pretendem fazer parte da equipa de ciclistas da ADFA.

Depois da longa e dura subida da Serra até ao pico gélido da Torre, valeu aos participantes e apoiantes a surpresa agradável e saborosa do lanche que a família de João Gonçalves de Viseu preparou para a chegada. •

R.V.



A ADFA momentos antes da partida

Amnistia internacional

Prisioneiros de consciência timorenses esquecidos na Indonésia

Marcha de velas em Lisboa exige libertação

A Amnistia Internacional - Secção Portuguesa, através do Co-Grupo Indonésia/Timor-Leste e do Grupo Portugal 26/Lisboa, vai organizar uma marcha de velas para exigir a libertação imediata de Gregório Saldanha e Francisco Branco, prisioneiros de consciência adoptados pela Amnistia Internacional. Foram os organizadores da procissão da Igreja de Motael ao Cemitério de Santa Cruz, em Dili, Timor-Leste, que foi atacada pelas forças militares e de segurança indonésias, episódio que mais tarde ficou conhecido como o "Massacre de Santa Cruz".

A marcha sairá, pelas 18h30 horas, em frente da Embaixada da Holanda, em Lisboa (Avenida Infante Santo) e terminará cerca das 20h00 horas, junto ao Centro de Informações das Nações Unidas, no jardim fronteiro à Maternidade Alfredo da Costa (zona do Saldanha). Aí, será realizada uma vigília sim-

FOTO: AMNISTIA INTERNACIONAL



Gregório Saldanha (último da direita) com amigos timorenses

bólica de 30 minutos, e uma curta intervenção explicativa. Durante a marcha, prevê-se apenas a exibição de cartazes e faixas relativas a Gregório Saldanha e Francisco Branco e a distribuição de folhetos alusivos.

Gregório da Cunha Saldanha, condenado a prisão perpétua, e Francisco Miranda Branco, conde-

nado a 15 anos de prisão, ambos prisioneiros de consciência adoptados pela Amnistia Internacional, continuam encarcerados na prisão de Semarang, em Java Central. Foram detidos em Novembro/Dezembro de 1991 e condenados em Junho de 1992, ao abrigo da "Lei Anti-Subversão". Organizaram o

cortejo fúnebre de um amigo, que ia a enterrar em 22 de Novembro de 1991, no Cemitério de Santa Cruz, em Dili. O cortejo foi atacado por forças militares especiais do governo indonésio que assassinaram pelo menos 273 pessoas, no tristemente famoso "Massacre de Santa Cruz". Apesar das promessas do governo indonésio, a Amnistia Internacional reafirma a exigência da sua libertação imediata e incondicional.

O olhar da comunidade internacional segue atentamente os acontecimentos em Timor-Leste, não esquecendo estes dois prisioneiros de consciência, e pelo menos outros 16 presos políticos timorenses, condenados entre nove e 20 anos de prisão, num julgamento considerado "injusto e parcial", no seguimento de uma emboscada a um camião das forças de segurança indonésias, realizado em Maio de 1997, em Quelical, Baucau. Em relação a estes 16 presos políticos, a Amnistia Internacional exige que o seu julgamento

seja "anulado e repetido de forma rápida, justa e imparcial, no cumprimento das normas mínimas internacionais aplicáveis."

A marcha do próximo dia 12 de Novembro tem o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Década das Nações Unidas em

FOTO: AMNISTIA INTERNACIONAL



Francisco Branco

Matéria de Educação para os Direitos Humanos e das organizações não-governamentais que integram a Comissão. •

R.V.

ELO dos deficientes das Forças Armadas

25 anos a contar a história da ADFA



O primeiro ELO (Novembro/74)

Outro ano, outros 11 números do ELO. Mas esta data não é só mais um aniversário. São 25 anos de notícias, crónicas, entrevistas e de jornalismo associativo repleto das mais amplas vertentes da vida social da ADFA.

Este mês o ELO está de parabéns também pela sua contribuição para a unidade associativa, como pela informação sobre o mundo que rodeia os cidadãos portadores de deficiência.

O 25º aniversário do ELO marca uma etapa que a ADFA alcançou na sua maturidade, num quarto de século de luta associativa pelos direitos de milhares de deficientes militares esquecidos numa sociedade consumista, sem tempo para reflectir nos verdadeiros valores sociais pelos quais deveria reger-se.

O ELO tem assumido a missão de levar mais alto e mais longe a voz dos associados e dos cidadãos deficientes em geral.

O contacto com as instituições, as reportagens em eventos de carácter nacional, têm permitido acompanhar o pulsar do mundo que nos rodeia.

Timor e a luta do seu povo para conquistar a liberdade é um exemplo da abertura associativa para a solidariedade entre os homens que tem marcado a posição da Associação.

Lembrar 25 anos de jornalismo associativo no ELO é recordar a luta inicial dos que, com a sua disponibilidade e espírito de colaboração, levaram à impressão os sucessivos números deste órgão de comunicação social. É recordar quem tinha de preocupar-se em "montar" o jornal com pequenas peças de chumbo, ao compor manualmente cada página, é lembrar quem registou em fotografia, desenho, cartoon ou texto cada tema, cada novo episódio em que a ADFA esteve inserida.

A Associação tem sido muitas vezes o emblema no esforço para o reconhecimento dos direitos dos cidadãos deficientes. O ELO construiu a imagem da ADFA como a construíram os associados, acompanhando cada assembleia geral, cada encontro ou convívio de amigos.

Hoje, do ELO exige-se maior abertura, maior capacidade de dar voz às instituições que rodeiam a ADFA na afirmação de uma sociedade mais justa, promotora da qualidade de vida.

O ELO tem dirigido a sua existência para o acompanhamento dos movimentos da ADFA enquanto instituição interveniente nas escolhas que se fazem em comunidade, nos grupos de trabalho e de discussão, nas mais altas esferas do Poder ou nas reuniões de associados que ocorrem mensalmente.

Conhecer bem a ADFA significa conhecer também as páginas que têm ligado os

associados entre si. Desde a primeira manifestação em 23 de Novembro de 1974, o ELO leva aos associados a imagem das suas iniciativas.

Quando, pela primeira vez, os deficientes militares saíram à rua para se afirmarem como cidadãos de corpo inteiro, saiu com eles o companheiro ELO, para manifestar a cidadania dos deficientes das Forças Armadas.

O ELO é uma voz. A voz plural dos sentimentos humanos dos associados que sempre têm emprestado ao seu meio de comunicação os seus anseios e as suas vitórias, num grito que saiu de homens que perceberam que enquanto lutassem juntos iriam cada vez mais longe.

Nesta celebração do 25º aniversário, os associados continuam a tratar a sua publicação por "tu", como tem sido desde que o ELO é ELO de ligação.

Rafael Vicente



ELO por Timor (Outubro/99)

Palavras sobre o ELO

Pediram-me umas palavras escritas para os 25 anos do ELO. Não sei a que ponto vai "o meu engenho e arte", mas vou tentar aceitando o desafio.

Sou aquele "chato" do Guerra (de Lisboa) que até ao final deste mês teve a felicidade de ser o elemento da Direcção Nacional que assumia as funções de ligação e direcção entre o Órgão Oficial da ADFA e o seu todo representado pelos associados.

Tenho acompanhado os altos e baixos do nosso ELO de ligação que para nós representa o "abono" de estarmos vivos. E por vezes atentos. Às manobras descaradas de manipulação, às curiosas promoções mediáticas de alguns eleitos, que de servidores se tornaram magicamente em protagonistas (leia-se, eleitos para órgãos) e de experiências mais ou menos laboratoriais tentadas por alguns "avis rara" que sempre vão chegando.

Directores e obreiros dos primeiros números em que a nossa verdade era exposta nua e crua e com a frontalidade de que nos orgulhámos e a ingenuidade que partilhávamos, quando no final de cada mês se reuniram os habituais voluntários para, durante uma noite ou mais dobrarmos os jornais e pôr as etiquetas, nas instalações do Palácio da Independência, até aos Senhores Directores que achavam esse convívio um tédio, e continuando até à actualidade na qual, 3ª ou 4ª geração, já nos orgulhamos de ter um corpo redactorial que vai a todas e um Director do ELO que gosta daquilo que faz, tudo isto, dizia eu, faz parte integrante dos 25 anos do ELO, que este mês comemoramos. Nem tudo são rosas, no entanto, e se algo me deixa mal disposto é concerteza a incapacidade ainda demonstrada em não conseguirmos fazer chegar o ELO Sonoro aos cegos a tempo e horas. Penso que conseguiremos resolver este problema com rapidez.

De igual modo me incomoda saber que os associados pendentes, só porque o são, não recebem o ELO.

Bem vistas as coisas, seria imprimir uma boa dinâmica à vista associativa por toda essa gente a ler e discutir o jornal. A mensagem fica.

Aproveito para agradecer genericamente aos autores habituais, cujas crónicas ou recordações leio sempre com agrado. O nível sobe e já estamos em idade de nos elevarmos e deixar as aleivosias para os outros.

Parabéns, felicidades e obrigado.

Hugo Guerra

PARABÉNS ELO

Este ano o ELO comemora os seus 25 anos com um Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa, a realizar no próximo dia 26 de Novembro, Sexta-feira, nas instalações da Sede Nacional, em Lisboa.

Convidámos as associações de militares a dialogarem connosco sobre aquilo que faz com que as pessoas, e neste caso, os militares se juntem com objectivos comuns em associação e a função dos seus próprios órgãos de informação.

No mesmo dia vamos comemorar os 25 anos do ELO com o já habitual jantar associativo que, esperamos, traga à celebração os associados e amigos das delegações e colegas das redacções de outros órgãos de comunicação social.

O Encontro vai decorrer entre as 9h30 e as 17h30, com vários painéis de intervenções e debate.

Vem ao convívio associativo dar os parabéns ao ELO

Inscribe-te já
Sede (ext. 214)
ou na tua
Delegação

Dia 26 de Novembro, às 20h00

Jantar e animação musical

Não faltes às
Bodas de Prata
do nosso jornal



O ELO celebrou Abril (Abril/99)

ADFA hoje - que futuro?

O IV Congresso em marcha

O Conselho Nacional da ADFA, na sua reunião de 28 de Março de 1998 e no exercício das competências que lhe confere a alínea l) do art.º 36.º dos Estatutos, promoveu a realização do IV Congresso. Na mesma sessão, aquele Órgão aprovou o respectivo Regulamento e nomeou a correspondente Comissão Organizadora.

Devido a dificuldades de adaptação da calendarização inicial, por sobreposição com outros eventos associativos, e pela dificuldade encontrada, pela Comissão Organizadora, em se completar, foi a concretização do Congresso sendo protelada, o que obrigou ao reequacionamento

do Regulamento e Calendário competentes, nas reuniões do CN de 6 de Março e 9 de Outubro do ano corrente (Ver na última página).

Estão, finalmente, criadas as condições para que o IV Congresso arranque!

O tempo de que se dispõe afigura-se suficientemente largo, para quem quiser encarar a sua realização com seriedade e elevação, mas demasiadamente curto, para os que pretendam quedar-se pelo simples esgrimir de clivagens inócuas.

A Comissão Organizadora Nacional tudo fará, dentro do que nas suas responsáveis atribuições cabe, para que todas as fases, da prepa-

ração dos temas ao seu debate, da respectiva divulgação ao acto eleitoral, do correcto apuramento dos congressistas eleitos às sessões de trabalho, decorram dentro da maior normalidade, permitindo a difusão das ideias de todos, na mais clara isenção de atitudes e transparência de procedimentos.

O tempo urge e o momento reveste-se da maior seriedade associativa!

O debate frontal e produtivo das opiniões não pode confundir-se, com falta de respeito por quem teve, ou tem, forma diversa de pensar e encarar o futuro dos deficientes militares e os caminhos que a nossa associação deve prosse-

guir, na defesa da dignidade e direitos que lhes são inalienáveis.

Vamos com afinco, pois, ao trabalho, porque "debater agora é prevenir o amanhã"!

As oportunidades serão objectivamente iguais, numa "Casa" onde não existem nem iluminados nem marginalizados. O dinamismo, que sempre caracterizou os membros da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, irá derrubar barreiras e romper diques, porque se vai determinar com segurança, conhecendo "A ADFA hoje, que futuro!"

A Comissão Organizadora

Regulamento

INTRODUÇÃO

Pretende a Comissão Organizadora, neste espaço dedicado ao IV Congresso e sem prejuízo da leitura da versão integral do seu Regulamento à disposição na Sede e delegações, realçar, das respectivas disposições, as que irão tendo aplicação temporal nos momentos mais próximos, na intenção de facilitar o acompanhamento, por parte dos associados, das diversas fases dos trabalhos daquele evento associativo, até à sua realização.

Passam, assim, a destacar-se os seguintes artigos do Regulamento e as próximas etapas calendarizadas, para mais fácil acompanhamento do desenvolvimento da dinâmica do Congresso:

O Conselho Nacional, assumindo-se como garante da unidade e coesão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e querendo que se mantenha a necessária dinâmica, com vista à realização dos objectivos primordiais previstos estatutariamente, deliberou, na sua reunião de 28 de Março de 1998, promover, em cumprimento da alínea l) do Art.º 36º dos Estatutos, a realização do IV Congresso Nacional.

1 - OBJECTIVOS

Art.º 1º - 1 - Perspectivar a ADFA, em concordância com a dinâmica social actual, desenvolver nos níveis nacional e internacional, em ordem a que sejam prosseguidos os objectivos globais e permanentes da ADFA;

2 - Para tal, deverá o IV Congresso tratar as seguintes matérias:

2.1 - Reabilitação e qualidade de vida, na actual e futura fase etária dos associados.

2.1.1 - Reivindicação de direitos/legislação;

2.1.2 - A 3.ª idade do deficiente e a família;

2.1.3 - Política Nacional de Lares;

2.1.4 - Prestação de cuidados de saúde pelas estruturas militares e Serviço Nacional de Saúde.

2.2 - Relacionamento externo da ADFA a nível nacional e internacional.

2.2.1 - Estruturas nacionais de reabilitação e integração de pessoas com deficiência;

2.2.2 - Relacionamento com os poderes públicos e instituição militar;

2.2.3 - Posição da ADFA perante o movimento associativo nacional de deficientes e para deficientes;

2.2.4 - Postura internacional (ADFA/FMAC);

2.2.5 - Posicionamento da ADFA perante a cooperação com as organizações de deficientes militares dos Países Africanos Lusófonos;

2.3 - Desenvolvimento da ADFA

2.3.1 - Definição do papel da ADFA como organização exclusivamente reivindicativa ou eminentemente reivindicativa e prestadora de serviços;

2.3.2 - Definição sobre se os projectos de desenvolvimento devem servir só os associados ou estar dirigidos também ao exterior;

2.3.3 - Definição do quadro jurídico em que devem assentar os sectores produtivos/desenvolvimento da ADFA;

2.4 - Definição da orgânica estatutária da ADFA (Adaptação da estrutura associativa perante as novas correntes de regionalização)

2.4.1 - Relação Inter-Órgãos Sociais Nacionais e entre estes e os das Delegações;

2.4.2 - Relacionamento inter-Órgãos Sociais das Delegações e entre estas;

2.4.3 - Definição das estruturas representativas dos associados da ADFA nos PALOP.

2.4.4 - Definição estrutural dos Núcleos e áreas mínimas de implantação a nível nacional;

II - ORGANIZAÇÃO

Art.º 2º - 1 - A organização do Congresso será da responsabilidade de uma Comissão de sete elementos, presidida pelo Presidente da MAGN e nomeada pelo Conselho Nacional.

2 - Esta Comissão, designada por Comissão Organizadora do IV Congresso, desempenhará as suas atribuições, seguindo as directrizes do Conselho Nacional e respondendo perante este;

Art.º 4º - A Comissão Organizadora, para a prossecução das competências que lhe estão cometidas, poderá:

a) Nomear grupos de trabalho, se necessário, para elaboração de temas a discutir pelos associados;

b) Promover, com a colaboração dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais, a sensibilização e consciencialização dos associados para o Congresso, bem como a sua divulgação no exterior da ADFA;

c) Elaborar o Orçamento do Congresso e gerir as verbas postas à sua disposição.

d) Estabelecer a planificação e metodologia para a discussão associativa dos temas.

Art.º 5º - 1 - A Comissão Organizadora Nacional poderá delegar funções suas, a nível regional, a Comissões eleitas pelos Conselhos de Delegação.

2 - As Comissões de Delegação serão constituídas por três ou cinco elementos, de harmonia com a dinâmica local.

3 - A dinamização, na área da Sede, compete



à Comissão Nacional, que poderá delegar essa função.

Art.º 6º - São competências das Comissões de Delegação:

a) Promover, na área da Delegação, em articulação com a Comissão Organizadora Nacional, a preparação e divulgação do IV Congresso;

b) Promover nas Delegações o aparecimento de temas, incentivando a sua discussão e chamando os associados à participação nos trabalhos de preparação do Congresso;

c) Apresentar à Comissão Organizadora a previsão dos custos, a nível local.

III - PREPARAÇÃO

Art.º 7º - Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Nacionais e Locais devem apoiar a Comissão Organizadora do IV Congresso e as Comissões de Delegação, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance, para a realização das tarefas que lhes estão cometidas.

Art.º 8º - Os associados poderão apresentar, individualmente ou em grupo, temas enquadrados nos objectivos do presente Regulamento, cabendo à Comissão Organizadora avaliar do enquadramento dos temas nos objectivos do Congresso.

Art.º 9º - A Comissão Organizadora Nacional e as Comissões de Delegação providenciarão, durante os meses de Novembro e Dezembro de 1999, a realização de reuniões de associados, para debater os temas a levar a Congresso.

Art.º 10º - Todos os temas, já discutidos, deverão ser apresentados à Comissão Organizadora, até 31 de Dezembro de 1999.

VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.º 36º - Competirá à Comissão Organi-

zadora do IV Congresso o esclarecimento de todas as omissões ou dúvidas, suscitadas pelo presente Regulamento, em observância dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da ADFA.

Calendário

Nov. e Dez. - Debate associativo das teses a propor, com reuniões descentralizadas, nas quais se facilitará, ao máximo, a apresentação dos trabalhos, que se pretendem objecto de debate intenso, sejam eles provenientes de grupos de associados, ou destes individualmente.

As delegações e núcleos marcaram as suas reuniões de trabalho para as seguintes datas: Aveiras - 20 de Novembro (13h00), Aveiro, Leiria e Cantanhede - 13 de Novembro (15h00) e Oliveira do Hospital, Coimbra e Marinha Grande - 20 de Novembro (15h00), Viseu - 12 e 17 de Novembro (19h45), Setúbal - 20 de Novembro e 18 de Dezembro (15h00).

31 Dez. - Data limite para o envio, às Comissões Organizadoras Nacional e de Delegação, das teses a propor ao IV Congresso e data referência para apuramento dos associados que, com quotas em dia, permitirão a definição do número de delegados ao Congresso, por delegação.

4º Encontro Desportivo do Murtalense

ADFA conquista terceiro lugar

A ADFA participou nas actividades do 4º Encontro Desportivo organizado pelo Grupo Desportivo Murtalense, nos dias 16 e 17 de Outubro, nas instalações do pavilhão gimno-desportivo Almirante Nunes da Mata, junto à Escola Secundária da Madorna, na linha do Estoril.

No Torneio "Carlos Curado" participaram cerca de 30 atletas, entre os quais estiveram inscritos José Pedroso, Mata da Silva e Abel Pascoal Pinto, no ténis de mesa e Orlando Reis, no lançamento do disco.

A equipa de apoio que acompanhou estes atletas era composta por Simão Roças, da Direcção Nacional, Amadeu Martins, para apoio técnico, e pelo motorista da Associação, João Margarido.

No ténis de mesa, José Pedroso, atleta da ADFA, conquistou o terceiro lugar, disputando as meias-finais que permitiram que

trouxesse para a Associação um trofeu e uma medalha de participação.

Em primeiro lugar nas classificativas ficou colocado João Silva, da Associação Portuguesa de Deficientes, ficando com a segunda posição do pódio um atleta do Murtalense.

O associado Orlando Reis, que participou no lançamento do disco, alcançou o primeiro lugar numa disputa que considerou valer mais "pelo companheirismo e pelo encontro de amigos."

Orlando Reis já participou noutros eventos desportivos, a nível internacional, como os Paralímpicos e algumas jornadas a nível europeu.

"O que é importante é participar", revelou Orlando Reis, considerando um bom momento de desporto este encontro que se realiza todos os anos.

No Torneio foram disputadas as modali-



José Pedroso durante as meias-finais

dades de Basquetebol em cadeira de Rodas, Lançamento para Amputados (disco, peso e dardo), Natação para Deficientes Motores e Invisuais, Ténis de Mesa, um Circuito de

Atletismo para Deficientes Mentais e Invisuais e um Circuito em Cadeira de Rodas.

R.V.

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 cc Confort	1.473.461.00	2.048.166.00
1.0 cc Confort AC	1.732.522.00	2.351.267.00
1.4 cc Highline	1.940.854.00	3.043.016.00
1.9 TDI	1.892.119.00	3.043.876.00
Confortline 1.4 TDI AC	2.151.181.00	3.346.978.00
Polo		
Fox 1.0	1.551.150.00	2.152.288.00
Net 1.4	1.891.596.00	2.997.082.00
Net 1.7 SDI	2.070.384.00	3.795.939.00
3 Volumes 1.4	1.852.711.00	2.951.586.00
3 Volumes 1.7 SDI	2.200.925.00	3.948.672.00
3 Volumes 1.9 TDI	2.407.024.00	4.515.395.00
Variant 1.4	1.865.229.00	2.966.232.00
Variant 1.7 SDI	2.213.318.00	3.963.172.00
Variant 1.9 TDI	2.418.656.00	4.529.005.00
Golf		
Confort 1.4 3p	2.223.759.00	3.403.262.00
Confort 1.4 5p	2.296.187.00	3.476.303.00
Confort 1.9 3p 90 cv	2.668.086.00	4.826.688.00
Confort 1.9 5p 90 cv	2.756.436.00	4.930.057.00
Highline 1.9 3p 110 cv	3.381.629.00	5.661.533.00
Highline 1.9 5p 110 cv	3.469.978.00	5.764.902.00
Highline 1.9 3p Autom.	3.584.384.00	5.898.757.00
Highline 1.9 5p Autom.	3.672.732.00	6.002.124.00
Golf Variant		
Highline 1.6	3.201.756.00	4.906.627.00
Highline 1.9	3.514.008.00	5.816.417.00
Highline 1.9 TDI Autom.	3.716.760.00	6.053.636.00
Bora		
Highline 1.9 TDI	3.797.954.00	6.148.633.00
Highline 1.9 TDI (EC)	3.992.010.00	6.375.679.00
Passat		
Confortline 1.6	3.450.901.00	5.203.976.00
Confortline 1.6 Aut.	3.962.987.00	5.487.217.00
Confortline 1.9 TDI	3.555.578.00	5.870.903.00
Confortline 1.9 TDE Aut.	3.794.591.00	6.150.548.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv	4.097.261.00	6.504.672.00
Trendline 1.9 TDI EC	4.333.388.00	6.780.941.00
Trendline 1.9 TDI Tiptronic	4.436.816.00	6.901.951.00
Trendline 1.9 TDI EC Tiptronic	4.672.941.00	7.178.218.00
Passat Variant		
Confortline 1.6	3.629.719.00	5.413.194.00
Confortline 1.9 TDI	3.786.848.00	6.141.489.00
Confortline 1.9 TDI Aut.	4.025.860.00	6.421.133.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv	4.328.663.00	6.775.412.00
Trendline 1.9 TDI 115 cv	4.564.788.00	7.051.679.00
Trendline 1.9 TDI Aut.	4.668.085.00	7.172.536.00
Trendline 1.9 TDI Aut.	4.904.209.00	7.448.801.00
Audi A3		
Attraction 1.6	3.482.225.00	5.234.775.00
Attraction 3p 1.9 TDI	3.668.837.00	5.997.332.00

Attraction 5p 1.9 TDI	3.771.200.00	6.117.331.00
Sport 3p 1.9 TDI	4.100.923.00	6.503.107.00
Sport 5p 1.9 TDI	4.203.487.00	6.623.107.00
Audi A4		
Attraction 1.9 TDI	4.481.265.00	6.953.957.00
Sport 1.9 TDI	4.981.265.00	7.538.957.00
Audi A6		
1.9 TDI	5.816.180.00	8.521.658.00
1.9 TDI (TA)	5.999.941.00	8.736.658.00
Avant 1.9 TDI	6.140.966.00	8.901.658.00

FIAT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento S Young	1.052.792.00	1.474.000.00
Sport	1.245.584.00	1.859.000.00
Punto		
55 S 3P	1.300.285.00	1.923.000.00
55 S 5P	1.355.840.00	1.988.000.00
55 SX / 70 TD 5P	1.529.824.00	3.112.000.00
Van Stile	1.789.734.00	2.400.000.00
Palio		
Weekend 1.2	1.908.643.00	2.737.000.00
Weekend 70 TD	1.816.149.00	3.447.000.00
Bravo		
1.4 SX	2.018.200.00	2.866.000.00
100 SX Autom.	2.272.245.00	3.769.000.00
105 JTD GT	2.357.628.00	4.464.000.00
Brava		
1.4 SX	2.061.635.00	2.916.000.00
105 JTD ELX	2.494.380.00	4.624.000.00
Marea		
1.4 SX	2.249.669.00	3.136.000.00
100 ELX Caixa Aut.	2.792.757.00	4.378.000.00
105 JTD HLX	2.920.876.00	5.123.001.00
130 JTD HLX	2.890.271.00	5.950.000.00
Weekend 1.4 SX	2.235.139.00	3.236.000.00
101 ELX	2.878.227.00	4.477.999.00
105 JTD HLX	3.006.346.00	5.223.000.00
130 JTD HLX	2.975.741.00	6.050.000.00

LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino 3p	1.393.447.00	2.032.000.00
Y 1.2 FCVT L5 3p Aut.	1.826.592.00	2.641.000.00
Y 1.2 16V L5 3p	1.633.430.00	2.415.000.00
Y 1.2 16V L5 3p 16V	1.830.866.00	2.646.001.00
Delta HPE 1.6 16V	2.381.646.00	3.897.000.00
Delta 1.9 TDS HPE	2.595.775.00	4.777.000.00
Dedra TDS SWLE	3.002.514.00	5.252.885.00
Dedra TDS	2.894.309.00	5.126.285.00

RENAULT		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo		
Twingo Pack	1.368.750.00	2.034.380.00
Twingo Easy	1.484.134.00	2.169.380.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.466.186.00	2.148.380.00
RXE 1.4 3p	1.745.634.00	2.807.380.00
RN 1.2 5p	1.531.143.00	2.224.380.00
RXE 1.4	1.810.591.00	2.883.380.00
RXE 1.9D	1.657.400.00	3.572.380.00
Société 1.9 (2 lugares)	1.699.133.00	2.356.380.00
Megane		
RN 1.4 5p	1.988.772.00	3.097.380.00
RTE 1.4 AC 5p	2.116.977.00	3.247.380.00
RXE 1.9 DTI	2.738.145.00	4.842.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.934.726.00	5.072.380.00
Megane/Carrinha (Break)		
RTE 1.4 16 v	2.278.515.00	3.436.380.00
RXE 1.9 DTI	2.711.649.00	4.811.380.00
RXE 1.9 DTI Cx. Aut.	3.044.982.00	5.021.380.00
Megane Classic		
RN 1.4	2.031.507.00	3.147.380.00
RXE 1.9 DTI AC	2.780.880.00	4.892.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	2.977.461.00	5.122.380.00
Megane Scénic		
RTE 1.4 16 v	2.424.669.00	3.607.380.00
RXE 1.9 DTI AC	3.028.743.00	5.182.380.00
RXE 1.9 DTI AC Cx. Aut.	3.225.324.00	5.412.380.00
Laguna		
RXE 1.6	2.808.229.00	4.432.380.00
RXE 1.9 DTI	2.994.555.00	5.142.380.00
RXT Break 1.9 DTI (5 lug.)	3.148.401.00	5.322.380.00
RXT Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.233.871.00	5.422.380.00
Kangoo		
RN 1.2	1.785.661.00	2.531.380.00
RN 1.9 D 55	1.772.602.00	3.716.380.00
Kangoo Express		
FAGTE RL 1.2	1.555.361.00	1.956.380.00
FAGTE RL 1.9 D	1.644.249.00	2.301.380.00
OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Corsa		
Eco 1.0 3p	1.448.305.00	2.068.656.00
Eco 1.0 5p	1.548.134.00	2.138.656.00
"100" 1.2 3p	1.674.286.00	2.458.656.00
"100" 1.2 5p	1.734.115.00	2.528.655.00
GSI 1.6 3p	1.926.304.00	3.345.000.00
Eco 1.5 TD 3p	1.775.852.00	3.048.656.00
Eco 1.5 TD 5p	1.835.681.00	3.118.656.00
Sport 1.5 TD 3p	2.280.125.00	3.638.656.00

Tigra		
Tigra 1.4 16V	2.176.769.00	3.336.050.00
Astra		
Club 1.2 5p	2.204.201.00	3.078.656.00
Club 1.4 4p	2.296.427.00	3.478.656.00
Sport 1.4 3p	2.467.367.00	3.678.656.00
Club 1.7 TD 4p	2.413.912.00	4.178.656.00
"100" 2.0 DI 5p	2.607.414.00	4.938.655.00
Club Caravan 1.4	2.381.897.00	3.578.656.00
Sport Caravan 1.4	2.638.307.00	3.878.655.00
Club Caravan 1.7 TD	2.499.382.00	4.278.656.00
"100" Caravan 2.0 DI	2.727.072.00	5.078.655.00
Vectra		
1.6 16V 4p	2.981.860.00	4.658.656.00
Caravan 1.6	3.127.159.00	4.828.656.00
"100" 2.0 DTI	3.342.457.00	5.798.656.00
Sport 2.0 TDI 4p	3.410.833.00	5.878.656.00
"100" Caravan 2.0 DTI	3.487.756.00	5.968.656.00
Sport Caravan 2.0 DTI	3.556.132.00	6.048.655.00
Omega		
Sport 2.0 TD 4p	4.863.824.00	7.576.050.00
CD 2.0 TD 5p	4.949.294.00	7.676.049.00
Sport Caravan 2.0 TD	5.051.859.00	7.796.050.00
CD Caravan 2.0 TD	5.137.329.00	7.896.050.00
FORD		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Fiesta		
1.2 16V 3p	1.419.351.00	2.178.957.00
1.2 16V 5p	1.505.224.00	2.279.550.00
1.8 D 5p	1.661.633.00	3.379.350.00
Escort		
1.4 5p	1.848.890.00	2.944.349.00
1.4 (Carrinha)	1.848.890.00	2.944.340.00
1.8 TD	2.058.469.00	3.844.350.00
1.8 TD (Carrinha)	2.058.469.00	3.844.350.00
Focus		
1.4 (Ambiente) 5p	2.159.947.00	3.299.350.00
1.6 Trend 3p	2.091.790.00	3.599.351.00
1.6 Guia 5p	2.348.200.00	3.899.350.00
Mondeo		
1.6 LX 4/5p	2.795.372.00	4.424.350.00
1.6 (Carrinha)	2.940.671.00	4.591.350.00
1.8 TD GLX	3.041.375.00	4.994.350.00
1.8 TD (Carrinha)	3.186.674.00	5.164.350.00
1.8 TD Guia	3.383.256.00	5.394.351.00
1.8 TD (Carrinha)	3.528.555.00	5.564.350.00
Galaxy		
1.9 TDI GLX	4.591.602.00	5.764.350.00
1.9 TDI Guia	5.275.363.00	6.564.351.00
Fiesta Van		
1.8 D	1.661.573.00	2.284.370.00
Courier 1.8 D	1.858.154.00	2.514.350.00

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com isenção ou não) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: Mercedes; Nissan; Mitsubishi; BMW; Peugeot; e Ford. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 pelos telefones 21 757 0502, 21 757 0422, 21 757 0583 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 26 61 53

ACAPO

"Também queremos dar"

Desenvolver um projecto de sensibilização da sociedade para a problemática da deficiência visual é o objectivo do protocolo de colaboração celebrado pela Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), pelo Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) e pelo Secretariado para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), na sede da ACAPO, no dia 15 de Outubro, Dia Mundial da Bengala Branca, aquando das comemorações do seu 10º aniversário.

O presidente da direcção nacional da ACAPO, José Arruda, referiu-se ao protocolo como um meio através do qual "a Associação vai dizer o que pensa", aludindo também ao facto de que os signatários deste acordo "vão promover a dignidade das pessoas cegas."

"Também queremos dar", foi uma das frases do presidente ao dirigir-se à assistência onde se encontravam vários associados e amigos da Associação.

"Sentimos uma obrigação moral e institucional de responder ao vosso apelo", disse a presidente do ISCEM, Regina Moreira, que referiu que o compromisso da instituição a que preside é "ajudar a alterar a imagem dos cegos perante a comunidade."

FOTOFARINHO LOPES



Sessão pública de assinatura do Protocolo no dia 14 de Outubro

Vitorino Vieira Dias, secretário nacional de Reabilitação, salientou que "a melhor forma de celebrar este 10º aniversário é através deste protocolo de parceria", e afirmou que este evento tem que ver com a construção de uma sociedade para todos.

"No anunciado programa do próximo Governo estão incluídas muitas outras medidas inovadoras em matéria da melhoria

da qualidade de vida das pessoas com deficiência, nomeadamente, o lançamento de novas campanhas nacionais de sensibilização", anunciou Vitorino Vieira Dias.

No dia 16 de Outubro as comemorações continuaram no Fórum Lisboa, com uma Sessão Comemorativa que contou com a participação do Coro da ACAPO "Nós e Voz" e do Coro de Sto. Amaro de Oeiras, sendo

entregues no intervalo das actuações as distinções honoríficas a pessoas singulares e colectivas que têm colaborado com a ACAPO ou prestado serviços relevantes aos cegos portugueses.

Foram agraciados Fernanda Sampaio, José Branco Rodrigues, a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Organização Nacional de Cegos de Espanha (ONCE), representada por Henrique Perez. Com outras distinções foram também agraciados, entre outras entidades, o presidente da Câmara Municipal de Braga e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa que, como membro da Comissão de Honra do 10º Aniversário, presidiu à Sessão.

João Soares, que já visitou a sede da ACAPO em 10 de Julho passado, assumiu o compromisso de, a breve trecho, dar solução definitiva ao problema da sede regional Sul e Ilhas da ACAPO. Sobre a sede nacional, considera a possibilidade de dar condições para melhorar o andar superior. A ACAPO tem estruturado um projecto para o efeito que inclui os apoios da Segurança Social, do Programa Integrar, da autarquia lisboeta e do Instituto do Emprego e Formação Profissional. *

R.V.

Revista de Imprensa



X CAMPEONATO EUROPEU DE ATLETISMO

"A ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal realizou entre os dias 5 e 12 de Setembro, no Estádio Universitário de Lisboa, o X Campeonato da Europa de Atletismo para Cegos, um evento onde participaram cerca de 450 atletas em representação de 30 países europeus e de atletas convidados oriundos dos PALOP."

OEIRAS ACTUAL - Setembro

PLANO NACIONAL DE EMPREGO

"Nos últimos quatro anos, nenhuma alteração positiva ocorreu no que ao emprego das pessoas com deficiência concerne. O Plano Nacional de Emprego para 1999 não acrescenta nada de inovador relativamente ao Plano Nacional de Emprego de 1998 e, não contendo esta nenhuma medida dotada de eficiência para combater a exclusão das pessoas com deficiência no mercado normal de trabalho, desde Maio do ano passado que nada acontece de positivo."

ASSOCIAÇÃO (APD) - Outubro

APD CASCAIS AO SERVIÇO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

"A Delegação de Cascais da APD que já se encontra em funcionamento o Centro de Fisioterapia/Reabilitação e Consulta de Fisioterapia."

ASSOCIAÇÃO (APD) - Outubro

CURSO DE COMPUTADORES

"A Delegação da APD do Distrito de Aveiro pôs à disposição de todas as pessoas com deficiência motora



um curso de computadores gratuito com todo o material também gratuito."

ASSOCIAÇÃO (APD) - Outubro

BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

"Idosos e deficientes em cadeiras de rodas vão poder entrar em casa ao tomar banho mais facilmente, ao abrigo de um projecto concelhio que pretende eliminar barreiras arquitectónicas em residências particulares."

Público - 8 de Outubro

BASE DE BEJA

"A Criação de uma sociedade anónima de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos e a concretização de um conjunto de obras para que a Base de Beja possa ser certificada para a viação civil são as duas mais importantes conclusões já entregues ao ministro João Cravinho pelo grupo de trabalho incumbido de dinamizar o processo."

Diário de Notícias - 8 de Outubro

GRANDE DESAFIO

"As Forças Armadas Portuguesas e o Exército em especial, encontram-se numa encruzilha, pois a transição dum sistema baseado na conscrição para um sistema semi-profissional baseado exclusivamente em militares a prestar serviço em regime de voluntariado e contrato, não se avizinha tarefa fácil"

Atoleiros - Outubro 1999

PENSÃO DE CEGUEIRA

"Os Cegos de Portugal querem ter uma pensão



igual ao ordenado mínimo nacional, de acordo com uma reivindicação da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), que surge no Dia Mundial da Bengala Branca."

Correio da Manhã - 15 de Outubro

SARGENTOS

"Centenas de sargentos dos quadros permanentes da Força Aérea e do Exército estão a ser prejudicados nos salários relativamente a elementos com menos tempo de posto, numa discrepância resultante de uma lei governamental, segundo declarou uma fonte militar ao Correio da Manhã."

Correio da Manhã - 15 de Outubro

APDCDV PELOS CEGOS

"Associação Promotora dos Direitos do Cidadão com Deficiência Visual (APDCDV) está a promover uma marcha para denunciar os obstáculos que existem na cidade de Viana do Castelo e que, todos os dias, atrapalham a normal circulação dos cegos pelas ruas."

Jornal de Notícias - 16 de Outubro

APPACDM PELA NATUREZA

"A subdelegação, de Ponte da Barca, da Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) está a organizar uma exposição, com base de materiais recicláveis, no sentido de sensibilizar a comunidade escolar para a importância da preservação da natureza."

Jornal de Notícias - 16 de Outubro



CURSOS COMBATEM «STRESS»

"O Centro de Psicoterapia Emocional do Instituto da Inteligência vai promover, a partir de Novembro, uma série de cursos destinados ao grande público sobre saúde emocional e afectiva. Para já, os dois cursos a entrar em funcionamento denominam-se «Como combater o stress e a ansiedade» e «Como desenvolver a auto-estima»."

Diário de Notícias - 18 de Outubro

ACESSIBILIDADE À INTERNET

"Explicar porque é que Portugal é "o quarto país do mundo com acessibilidade à Internet para pessoas com deficiência" é um dos objectivos de um seminário, que decorreu na Exponor."

Jornal de Notícias - 18 de Outubro

SARGENTOS DISCUTEM QUESTÕES PROFISSIONAIS

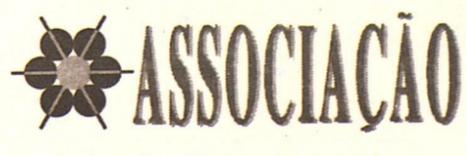
"A Associação Nacional de Sargentos (ANS) convocou para Sábado, no Entroncamento, a sua primeira conferência de delegados, para discutir temas "com repercussão na sua estrutura militar e na definição de um modelo de associativismo militar".

Jornal de Notícias - 18 de Outubro

ENCONTRO DE SAÚDE MENTAL

"Já é adulto, vive com os pais e sofre há dez anos de esquizofrenia paranóide. (...) Casos como este foram estudados, ontem no I Encontro de Saúde Mental do concelho de Cascais."

Diário de Notícias - 21 de Outubro



Inauguramos nesta edição as rubricas mensais "A advogada responde" e "A palavra ao jurista", que se pretende venham a enriquecer o ELO com textos técnicos mas acessíveis. No caso da segunda rubrica, é desejo do ELO dar a palavra a um jurista diferente em cada número, mas tendo como pano de fundo os temas relacionados com a ADFA.

A palavra ao jurista

Audiência Prévia

Muitos associados se têm dirigido quer à Sede quer às delegações, perplexos com a notificação que acabaram de receber e que ao mesmo tempo os informa da provável decisão negativa do seu "processo" (que não raro tomam como definitiva) também lhes concede um prazo para dizerem o que entenderam sobre a matéria.

Está-se em presença daquilo que o Código de Procedimento Administrativo (CPA) (1) denomina de "audiência dos interessados" mas que, em virtude de preceder sempre a decisão final, correntemente se apelida de "audiência prévia".

Tal audiência, que pode realizar-se por forma oral ou escrita, vem consagrada no artigo 100º do CPA. Ai se dispõe que, "concluída a instrução", têm os interessados de ser ouvidos antes de tomada a decisão final, estabelecendo-se também que, e para o efeito, se deve informar, nomeadamente, sobre o sentido provável da decisão.

No caso da audiência escrita, a lei é ainda mais avisada no que respeita à protecção do cidadão, para que este disponha de um tempo mínimo (dez dias úteis) e de todas as informações necessárias para que possa, cabalmente, exercer o seu direito de resposta. Designadamente, é obrigação da Administração Pública (AP) dar a conhecer "todos os aspectos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de direito" e indicar o local e horas onde o processo possa ser consultado.

Assiste ao interessado o direito de se pronunciar sobre as questões objecto do procedimento podendo "requerer diligências complementares e juntar documentos."

Esta figura da audiência dos interessados assume um papel de relevo capital no procedimento administrativo, visando dar concretização prática ao direito de participação dos

cidadãos na formação das decisões que lhes digam respeito, consagrado na Constituição da República (art.º 267º, n.º 5), constituindo uma formalidade essencial. Deste modo, a omissão desta formalidade no procedimento conduz, por vício de forma, à anulação do acto administrativo que termine o procedimento (o "processo", como impropriamente se diz).

O CPA, que entrou em vigor em 1991, foi elaborado, tardiamente, na sequência do preceituado logo na Constituição de 1976, tendo como uma dominante exactamente o direito de participação acima aludido.

Há no entanto casos de inexistência e dispensa de audiência dos interessados, enumerados no artigo 103º do mesmo código e que, em regra, se poderão resumir a casos de urgência, comprometimento da decisão ou inutilidade da realização da mesma.

A AP, muito lentamente, tem vindo a consciencializar-se da obrigatoriedade de realização desta diligência procedimental. Contudo, cedo os advogados começaram a esgrimir este argumento junto dos tribunais administrativos que, também eles, com alguma relutância, vieram construindo jurisprudência que levou anos a uniformizar-se. Porém, parece poder actualmente afirmar-se que, no caso dos processos de atribuição de pensão de invalidez (art.º 127º do Estatuto da Aposentação) ou de qualificação de DFA (ao abrigo do DL 43/76, de 20 de Janeiro) e genericamente nas pretensões dos deficientes militares apresentados aos ramos respectivos, é entendimento geral que há sempre lugar à realização da "audiência prévia" que as entidades militares têm optado por efectuar por escrito.

Põe-se então ao interessado a questão levantada no início: que fazer perante a notificação? A resposta pode dar-se transcrevendo

um parágrafo de acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (Proc.º 42.467, 1ª Secção, 2ª Subsecção), em recurso contencioso de associado da ADFA:

"Deste modo, é dado aos interessados a possibilidade de examinarem o material probatório colhido na instrução, dando-lhes a oportunidade de eventualmente completarem esses elementos. O direito de audiência visa, assim, possibilitar ao particular o fornecimento da sua contribuição final antes de a Administração dar a última palavra, para que esta proceda a nova avaliação ou reflexão sobre os elementos instrutórios colhidos para a decisão. O interessado poderá pronunciar-se, em suma, sobre a prova produzida e todas as questões que importem à decisão."

É assim essencial ter-se presente que, em face de notificação para "audiência prévia", é importantíssimo analisar todas as questões de pormenor, fazer um esforço de juntar documentos que possam vir a esclarecer quaisquer detalhes que possam influir na decisão e requerer diligências que esclareçam aspectos relevantes. Neste momento, como se depreende, podem, inclusivamente, aduzir-se argumentos ou elementos que obriguem à completa reinstrução do procedimento ("processo") para que a verdade dos factos e do direito venha ao de cima e esteja subjacente à decisão final. •

António Carreiro

(1) "Procedimento administrativo é a sucessão ordenada de actos e formalidades tendentes à formação e manifestação da vontade da administração pública ou à sua execução.

Processo administrativo é "o conjunto de documentos em que se traduzem os actos e formalidades que integram o procedimento administrativo."

A advogada responde

Divórcio e Pensões

"O meu marido é deficiente das Forças Armadas. Há alguns anos que me agride verbalmente e por vezes fisicamente. Por isso quero divorciar-me e ouvi dizer que tenho direito a pensão dele. É verdade?"

As mulheres divorciadas dos deficientes das Forças Armadas poderão ter direito a vários tipos de pensão:

Têm direito a receber pensão de preço de sangue (PPS) os cônjuges divorciados, por morte de DFA e GDFA com incapacidade igual ou superior a 60 por cento. Têm igualmente direito a PPS as ex-mulheres de DFA com incapacidade inferior a 60 por cento, desde que a morte tenha relação com a deficiência.

As mulheres divorciadas podem receber esta pensão se tiverem direito a alimentos nos termos da lei civil, bom comportamento moral e civil e não viverem maritalmente com outro homem.

O quantitativo da pensão, isento de qualquer imposto, é de 70 por cento da remuneração base mensal do falecido.

No caso dos deficientes em serviço e DFA com menos de 60 por cento de incapacidade, as pensões de invalidez atribuídas transmitem-se por morte destes às mulheres divorciadas que preencham os requisitos exigidos para receber a pensão de sobrevivência. Esta transmissão de pensão não é acumulável com a PPS.

O quantitativo da pensão transmitida é de 50 por cento do montante da pensão de invalidez do falecido.

As ex-mulheres dos militares dos quadros permanentes das Forças Armadas, têm direito a receber pensão de sobrevivência por morte destes, se tiverem direito a alimentos nos termos da lei civil.

Em conclusão, por divórcio, as mulheres dos deficientes militares não têm direito a receber as pensões dos seus ex-maridos, porque o direito a pensão só se concretiza após a morte do deficiente.

Mas em caso de divórcio, poderá conseguir que lhe seja atribuída uma pensão de alimentos. Se o divórcio for por mútuo consentimento pode acordar com o seu marido uma quantia mensal que este lhe pague a título de alimentos.

Se o divórcio for litigioso, uma vez decretado o mesmo, poderá intentar contra o seu marido uma acção judicial de alimentos, desde que não tenha sido declarada principal culpada no divórcio.

Poderá também obter alimentos provisórios no decurso do processo de divórcio litigioso.

Mas em qualquer dos casos, ter-se-á sempre em consideração as necessidades do cônjuge que vai receber os alimentos e a situação económica de quem os vai prestar para a atribuição e fixação do seu quantitativo. •

Inês Soares Castro

AMIGOS DO ANEXO



Associado da ADFA procura amigos de quem perdeu o contacto. Conheceram-se no Hospital do Anexo - Campolide, em 1971. Um deles tinha a alcunha de "Dois cotovelos" (ao meio na foto).

O outro amigo é conhecido por "Lima" de Braga, que tocava guitarra (pertenceu a um circo espanhol).

A todos os que pretendam dar informação, contactem o ELO por escrito, para o N.º 291/Novembro.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Forças Armadas

Lei Orgânica 3/99, de 18 de Setembro

Procede à quinta alteração à Lei da Defesa nacional e das Forças Armadas - Lei 29/82, de 11 de Dezembro.

Basicamente as alterações resumem-se ao facto do serviço militar deixar de ter carácter obrigatório e à instituição de missões humanitárias e de paz e acções de cooperação técnico-militar no estrangeiro.

Assim, nomeadamente, as alterações resumem-se às **incumbências das Forças Armadas** que passam por «satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte», bem como «de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação».

A epígrafe do artigo 10º deixa de ser "Serviço militar obrigatório" para passar a denominar-se por "Serviço militar", sendo este regulado pela Lei do Serviço Militar.

Quanto à **organização das Forças Armadas**, esta baseia, em paz, não no serviço militar obrigatório mas sim no serviço militar voluntário.

No âmbito da **competência especial da Assembleia da República**, para além do já consagrado no artigo 40º, esta passa ainda a ter competência para «acompanhar, nos termos da lei e do Regimento, o envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro», «legislar sobre as bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas» e «legislar sobre a definição de crimes de natureza estritamente militar, respectivas penas e pressupostos». Nesta última competência a alteração deu-se de "crimes essencialmente militares" para "crimes de natureza estritamente militar", o que reduz o âmbito destes crimes.

Cartão de Contribuinte

Portaria 862/99, de 8 de Outubro

Aprova os **novos modelos de cartão de identificação de contribuinte de pessoa singular e de pessoa colectiva**, que contém dispositivo electrónico, assim como os modelos dos impressos de inscrição e alteração de dados.

O prazo máximo de validade destes cartões é de cinco anos consoante do respectivo cartão a data limite para a sua substituição. No entanto, mantém-se em vigor os actuais cartões de contribuinte até à sua substituição pelos novos cartões.

As Repartições de Finanças irão proceder

à sua substituição gradualmente, mas os contribuintes que queiram aderir desde já ao novo modelo de cartão, podem solicitá-lo à Repartição de Finanças da sua área de residência, mediante o pagamento de 900\$00.

Segurança Social

Decreto-Lei 397/99, de 13 de Outubro

Introduz alterações à regulamentação do regime de segurança social dos trabalhadores independentes.

No que se refere a **isenção de contribuições para a segurança social prevê a antecipação da data de início da produção de efeitos** em caso de acumulação com a situação de pensionista, e a **eliminação da obrigatoriedade de descontos em simultâneo durante 6 meses para ambos ao regimes de segurança social**, no caso de exercício de actividade profissional por conta de outrem.

Institui, por parte dos serviços de segurança social, o reconhecimento oficioso das condições de isenção.

Prevê ainda correcções no regime das bases de incidência contributiva relativamente a **peças que reiniciem o exercício de actividade com mais de 55 anos**.

O presente diploma também procedeu ao **alargamento do prazo para escolha do escalão contributivo** da opção permitindo o exercício do seu direito de opção, duas vezes por ano - **Março e Abril ou de Setembro a Outubro**. Este é também o prazo para exercer a revogabilidade da opção.

Militares Segurados

Portaria 905/99, de 13 de Outubro

Regula a atribuição do seguro de vida para reparação dos danos por morte ou invalidez permanente dos militares integrados nas missões humanitárias e de paz fora do território nacional.

Assim, o **número de militares abrangidos por este seguro é, neste momento, de 1.700**; o início e o fim da garantia da pessoa segura coincidem com o início e fim da missão, abrangendo os momentos e locais de embarque e desembarque definitivo; o período do seguro é de um ano, sendo renovável; o **capital seguro corresponde a 18 meses da remuneração mensal equivalente ao posto de capitão**, constituída pela remuneração base do índice do 1º escalão e pelo suplemento da condição militar, acrescida do suplemento de missão, multiplicado pelo número de 1.700 militares; o valor da indemnização por morte ou incapacidade total permanente corresponde ao capital seguro individual e em caso de incapacidade parcial permanente a indemnização é calculada tendo em consideração as percentagens de desvalorização constantes da Tabela Nacional de Incapacidades.

Helena Afonso

Diploma do Mês

Lei do Serviço Militar

Lei 174/99, de 21 de Setembro



O serviço militar integra-se no contributo para a defesa nacional, no âmbito militar, a prestar pelos cidadãos portugueses, compreendendo a sua valorização cívica, cultural, profissional e física e que, em tempo de paz, se baseia no voluntariado.

O serviço militar abrange três situações: o serviço efectivo, a reserva de recrutamento e a reserva de disponibilidade.

O cidadão encontra-se a prestar serviço efectivo enquanto permanece ao serviço das Forças Armadas, abrangendo-se o serviço efectivo nos quadros permanentes, em regime de contrato, em regime de voluntariado e o decorrente de convocação ou mobilização.

Encontra-se na situação de reserva e recrutamento todo o cidadão português com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, que não tendo prestado serviço efectivo nas fileiras, pode ser recrutado a título excepcional.

A reserva de disponibilidade abrange o cidadão português que acabou a prestação do serviço militar até à idade limite (35 anos) dos deveres militares, permitindo, assim, o aumento dos efectivos das Forças Armadas até preencher os quantitativos adequados.

O recenseamento militar traduz-se no recrutamento geral de todo o cidadão português que atinja, em cada ano, a idade do início das obrigações militares (18 anos), que em caso de incumprimento constitui uma contra-ordenação punível com coima (a fixar em regulamento).

O recrutamento militar, entendido como o conjunto de operações necessárias à obtenção de meios humanos para ingresso nas Forças Armadas, compreende o recrutamento normal, o especial e o excepcional.

Quando este recrutamento se destine a prestação de serviço efectivo em regime de contrato ou em regime de voluntariado estamos em face de um recrutamento normal, que tem como finalidade a admissão de cidadãos com o mínimo de 18 anos de idade, que se proponham prestar, voluntariamente, serviço militar efectivo nas Forças Armadas. Este tipo de recrutamento é precedido de candidatura, classificação e selecção e alistamento.

O serviço efectivo em regime de contrato abrange a incorporação - apresentação do cidadão nas unidades e estabelecimentos militares do ramo das Forças Armadas em que foram alistados para a prestação do serviço efectivo - a instrução militar - formação ministrada aos instruídos, adequada às características próprias de cada ramo das Forças Armadas - e o período nas fileiras, que se inicia após a conclusão da instrução militar com aproveitamento.

Este regime de contrato tem a duração mínima de dois anos e a máxima de seis, podendo ser renovado a até ser estabelecido um regime especial de contrato com a duração máxima de 20 anos.

As candidaturas a este regime têm limites de idade, sendo de 30 anos para os cidadãos possuidores de licenciatura em Medicina, habilitados com o internato geral; 27 anos para aqueles que possuam habilitação académica com grau de bacharelato ou licenciatura e de 24 anos para os restantes.

O serviço efectivo em regime de voluntariado «constitui a expressão do direito de defesa da Pátria e assenta na adesão voluntária a um vínculo às Forças Armadas», com vista à satisfação das necessidades destas. Este regime tem a duração de 12 meses, findo os quais o militar poderá requerer a sua passagem a regime de contrato.

Quando o recrutamento se destine a prestação de serviço efectivo voluntário nos quadros permanentes será um recrutamento especial e será excepcional quando a prestação de serviço efectivo decorra de convocação ou mobilização dos cidadãos que se encontrem nas situações de reserva de recrutamento e de reserva de disponibilidade.

Estamos perante o serviço efectivo por convocação quando se justifique que o cidadão que se encontra na situação de reserva e recrutamento seja chamado a prestar serviço efectivo para satisfação das necessidades fundamentais das Forças Armadas, com uma antecedência mínima de 60 dias e por períodos de 4 meses prorrogáveis até ao máximo de 12 meses.

O cidadão que não cumprir este dever incorrerá numa pena de prisão que pode ir até 3 anos ou multa até 80 dias, susceptíveis de agravamento.

O cidadão que se encontra na situação de reserva de recrutamento e de disponibilidade e seja chamado para a prestação de serviço militar efectivo nas Forças Armadas, em casos de excepção ou de guerra, encontrar-se-á a prestar serviço efectivo por mobilização.

Este diploma institui o Dia da Defesa Nacional visando «sensibilizar os jovens para a temática de defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas». Neste dia, é obrigatória a comparência de todos os cidadãos com 18 anos. A não observação deste dever corresponde uma contra-ordenação punível com coima.

No entanto, poderá ser dispensada a comparência ao Dia da Defesa Nacional.

Esta lei prevê ainda alguns tipos de dispensas. Quem se encontra na situação de reserva de recrutamento, a prestar serviço efectivo por convocação, poderá usufruir do adiamento ou dispensa das provas de classificação e selecção. Os cidadãos na situação de reserva de disponibilidade podem ser dispensados da prestação de serviço efectivo por convocação, a seu pedido. O facto de terem um irmão simultaneamente incorporado em virtude de convocação constitui motivo para dispensa de incorporação. Há lugar também à dispensa das provas de classificação e selecção bem como da incorporação, nomeadamente, quando se seja «filho ou irmão de militar falecido em campanha ou de cidadão qualificado deficiente das Forças Armadas com uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 60%».

Constitui ainda motivo de isenção dos deveres militares o reconhecimento como objectores de consciência. Os militares gozam de direitos específicos. É concedida assistência médica e medicamentosa aos militares que prestem serviço efectivo e aos familiares a cargo. Reconhece o Estado o direito à plena reparação dos efeitos de acidentes ou doenças contraias ou agravadas em função da prestação do serviço militar efectivo.

No caso dos acidentes a lei inclui a possibilidade de reparação dos que ocorram durante o serviço militar sem que, no entanto, exista uma relação directa.

Se o militar sofrer acidente em consequência da prestação de qualquer prova inserida no âmbito das operações de recrutamento, o mesmo é considerado como ocorrido em serviço.

Como incentivo ao regime de voluntariado, que se pretende ser a base de sustentação do serviço militar, diferentemente do antigo regime do serviço militar obrigatório, esta lei vai criar cinco categorias de incentivos à reintegração do ex-militar contratado na vida activa, realçando-se, designadamente, o direito a subsídio de desemprego, à referência na admissão em Forças de Segurança e funcionalismo público e incentivos diversos à obtenção de habilitações académicas e profissionais.

Esta lei mantém a isenção de emolumentos devidos por reconhecimentos notariais e demais actos necessários à instrução do processo para fins militares.

Esta nova lei entrará em vigor na data de início da vigência do diploma que a regulamentará. A obrigação de prestar serviço efectivo normal - SEN - será gradualmente eliminada num prazo não superior a quatro anos, a contar da entrada em vigor do presente diploma.



Lançamento

Educar para preservar

agrícola, publicou uma obra de sua autoria subordinada ao título "Educar para Preservar", em Julho de 1998.

No prefácio, o sociólogo António Sousa Marques considera que os problemas relacionados com o Ambiente não são exclusivamente causados por acção do Homem contra a Natureza, mas também pela sua actuação nas relações humanas.

Prefaciando a obra de António Cháinho, António Sousa

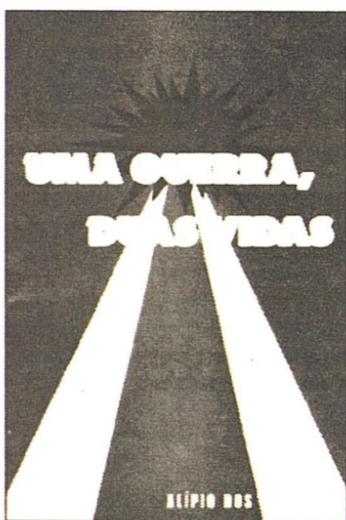
Marques realça as preocupações do autor - "educar quem? - como e porquê? - preservar o quê, como e para quem?" - como "corolário de um conjunto de reflexões que o autor vem abordando há já alguns anos."

A informação apresentada neste livro refere-se ao concelho de Grândola, remetendo o leitor para uma reflexão sobre um meio ambiente que ainda pode ser preservado, considerando a "pressão urbanística" como

factor que faz perigar os ecossistemas desse concelho.

António Gamito Cháinho tem vindo a publicar artigos sobre o Ambiente, desde 1977, na comunicação local e regional, é vice-presidente do Colletif d'Éducation Relative à l'Environnement dans l'Europe du Sud (CERES) e actualmente está a preparar uma tese de doutoramento em Sociologia, na Universidade de Évora. •

R.V.



Novo livro

Uma Guerra, Duas Vidas

No dia 5 de Novembro, pelas 21h30, no Ginásio da Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, na Marinha Grande, vai ser lançado o livro da autoria do associado Alípio Alves.

No programa do lançamento estão incluídas uma apresentação do livro por Álvaro André, que prefaciou a obra, um testemunho

da vivência no Hospital Militar Principal pelo associado Patuleia Mendes, bem como uma intervenção sobre a pessoa do autor, vista por Jorge Humberto.

O Bispo de Leiria-Fátima, D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, vai referir-se ao livro como mensagem.

No final da apresentação e

antes da sessão de autógrafos, vai ter lugar um momento musical com Manuel Freire, que vai interpretar "Pedra Filosofal".

A venda deste livro reverte integralmente a favor da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de maio - Picassinos. •

R.V.

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Vitor Abreu Gama



Sócio n.º 46
55 anos
Faleceu no dia
05/08/99

Residia em Almada. Deixa viúva Maria de Lurdes Gama e 4 filhos órfãos. Serviu em Moçambique, no Batalhão de Caçadores 1878-Companhia de Caçadores 1052.

Luís Manuel Picanço



Sócio n.º 4789
47 anos

Residia na Freguesia de Guadalupe, Graciosa. Serviu em Moçambique, na Companhia de Caçadores 9964.



VENDAS ESPECIAIS

PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços



da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



CONCESSIONÁRIO FIAT

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços da ADFA

CONCESSIONÁRIO LANCIA

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75



STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75



Carta Aberta ao Bastonário da Ordem dos Médicos

* Acupuntor dos Serviços Clínicos da ADFA

Já lá vão mais de dez anos quando num programa televisivo de grande audiência da RTP 1, tive que debater com o representante da Ordem dos Médicos, e defender a causa das "Medicinas não convencionais, acintosa e enganosamente ditas "Alternativas".

Nesse Programa, onde estavam presentes muitos dos mais significativos representantes das várias correntes terapêuticas, foi possível desmontar a mesma argumentação agora utilizada por V. Exa. na entrevista televisiva que foi emitida no dia 25 de Setembro de 1999 no Telejornal 1.

Para alguém que há já cerca de 30 anos anda na busca de uma resolução democrática, fora de qualquer corporativismo, que defenda a Transdisciplinaridade como a via necessária e garantidamente futura nas áreas da prevenção da doença e no restabelecimento da saúde integral, custa (com sinceridade lho digo) voltar a ouvir uma mesma argumentação velha de décadas, dramatizante e obviamente manipuladora.

Não posso acreditar que V. Exa. ainda creia que aquela pessoa que "receitava" produtos venenosos para a cura de não sei quê, vivendo num lugar esquecido por Deus, tenha o que quer de relação com profissionais que são reconhecidos na sociedade em que se inserem como muito competentes e eficazes naquilo que se propõem fazer ao ajudar os outros a restabelecer a saúde. Esses não "tratam da saúde" a ninguém.

Por outro lado, não serão certamente as mesmas pessoas, com o mesmo nível de instrução e/ou cultural que procuram esse tipo de gente.

Mas não é a esses que V. Exa parecia dirigir-se.

Exmo Senhor, dizer que a saúde pública está ameaçada pela existência de profissionais das terapias não convencionais é por um lado esquecer o que os associados da sua própria Ordem transmitem diariamente pelos meios da comunicação social, e tentar tapar com a peneira todos os casos (alguns com procedimento criminal) que outros dos seus associados têm protagonizado.

Posso garantir-lhe, pela experiência destes 30 anos de envolvimento muito activo nestas terapêuticas e até nos vários conflitos com a Ordem que V. Exa. dirige, que há charlatães em todo o lado, em todas as profissões, com ou sem diplomas e títulos, logo também os haverá nas chamadas "Medicinas Alternativas", denominação que como sabe não aceitamos.

Há cursos de nível superior a serem ministrados a muitos alunos destas áreas de conhecimento, por licenciados (entre os quais

alguns médicos) e graus superiores, que em nada se sentirão inferiores academicamente à maioria dos associados dessa Ordem. Só que os conceitos sobre o que é o Homem no seu todo é muito diferente (no que nos é dado conhecer através da perspectiva ocidental materialista-racionalista-positivista-ateia) gerando necessariamente outros modelos, materialistas ou não, de diagnóstico e terapêuticos.

Não nos devemos esquecer que estamos no "milénio" da Física Quântica e que já é de fácil acesso e compreensão ao comum dos cidadãos, outras perspectivas transmitidas por autores conceituados a nível mundial (não necessariamente ocidentais) baseadas nesses novos conhecimentos científicos que justificam estas novas (algumas muito velhas) vertentes da Medicina.

Por exemplo, já não é fácil dizer-se, como alguns representantes dessa Ordem faziam há meia dúzia de anos, que a Medicina Tradicional Chinesa ou era "charlatanice" ou a simples consequência da produção de endomorfina.

Fui fundador da maioria das primeiras Associações de medicinas naturais e "alternativas" deste País e garanto-lhe que os dirigentes e muitos dos associados detinham esses graus académicos nada tendo de analfabetos, de bruxos, de curandeiros, etc, etc, com que parece querer "meter-nos no mesmo saco".

É óbvio, Ex.mo Senhor, que os factores corporativos e económicos estão bem expressos nas reacções que, de quando em vez, surgem contra os que pretendem "dar a César o que é de César" e que na maioria dos casos têm excelentes relações com aqueles clínicos que tudo fazem para o melhor desempenho das suas (bem difíceis) funções, representados por V. Exa.

Só que esses não se atrevem, por exemplo, a dizerem-se acupunctores e a "espeter agulhas", já que sabem que a preparação para este tipo de terapia nada tem a ver com o que aprenderam na Faculdade. V. exa sabe que isto é verdade e que dos clínicos convencionais (e já são largas centenas, ao que tenho ouvido) que se dizem Acupunctores ou Homeopatas ou Naturólogos, poucos serão os que de facto estarão preparados para o exercício correcto destas funções. Tanto quanto sei, a Ordem dos Médicos ainda há bem pouco tempo proibia, e muito bem, o exercício destas práticas pelos seus associados.

Não se devem misturar conceitos clínicos, tal como se não pode acreditar que um bom piloto de aviões seja também e necessariamente um bom mecânico ou um bom electricista de Aeronáutica (propositamente fui buscar um exemplo sugerido pelo represen-

tante da ordem dos Médicos no programa TV referido).

Não tenho conhecimento que profissionais reconhecidos pelas diferentes Associações das terapias não convencionais (e pelo que se vê já são alguns milhares) que se atrevam a fazer qualquer ACTO que caiba no modelo terapêutico de que V. Exa é o representante, mas já não se poderá dizer que o inverso também é verdadeiro.

No meu caso, se me perguntar profissionalmente se sei o que é uma "hepatite viral" ou um "reumatismo" dir-lhe-ei que ignoro. Só que V. Exa não sabe também profissionalmente o que é um Li Jie Feng, um Bi ou um Wei.

Ora aí está a diferença de diagnóstico! A título final sempre vou informando V. Exa que o Presidente Clinton dos EUA, durante a sua campanha eleitoral, advogava a possibilidade de escolha pelo paciente, em ambiente hospitalar, das várias vertentes da Medicina ou seja tudo o que representa as Tradicionais ou novas aproximações terapêuticas.

Creio firmemente que os EUA não são terceiro-mundistas e que naquele e nos países mais desenvolvidos da Europa onde estas terapêuticas são reconhecidas e acarinhadas fora do âmbito da medicina convencional, alguém por esta ou outra razão se dê a oportunidade de publicamente misturar uma atitude treslocada de um pobre analfabeto, com um conhecimento científico que em alguns casos transporta em si milhares de anos de experiência.

Não queiramos voltar às repúblicas das bananas, nem aos grandes educadores do povo, por favor.

Obrigado senhor Presidente da República. Sabíamos que não deixaria de defender a liberdade de escolha do cidadão, por muito que fossem as pressões que eventualmente surgissem.

Acreditando na boa fé de V. Exa., Exmo. senhor bastonário da Ordem dos Médicos, rogo-lhe que a bem da tal "saúde pública" se esclareça junto dos que são responsáveis por todas as vertentes daquilo a que poderemos chamar de Medicina.

Medicina que é mãe de todo o conhecimento aplicável em benefício da saúde integral da Humanidade, e que nunca rejeita um filho só por ser branco, preto ou amarelo, que fundamentada e diferentemente pensa o Homem e a Natureza, e se afasta da vertente mais caucasiana-ariana.

Todas as terapias não são poucas para o benefício do Homem (nas suas várias componentes e até na vertente económica).

Os meus cumprimentos.

O Fado emudeceu

Alma do nosso Fado, voz emocionada da nossa razão de ser, Amália Rodrigues deixou a companhia dos que a admirávamos, no passado dia 6, de forma tão serena como a vida discreta que usufruiu.

O seu perfil na vida cultural do país destaca-se em todo este século como uma das mais eminentes figuras da portugalidade.

Por isso, e a título excepcional, por ter sido a poesia lusa que a sua garganta levou ao mundo, a nossa humilde mas sincera homenagem, fica espelhada no sentimento do poema que o ELO transcreve.

AMÁLIA

*Tua voz, de tom dorido,
Ecoou no luso peito
E ergueu, quando perdido,
Este fado adormecido,
No altar do nosso preito.*

*Foste diva, nessa luz
Onde reina a vaidade,
Ao Teu canto, que reluz
Em amor e humildade.*

*Voz das mil e uma sinas
E gaivota da cidade,
Onde à noite, p'las esquinas,
Marinheiros e varinas,
Tangem mágoas e saudade
Exultaste o coração
Deste povo que amavas
E, sabendo tal condão,
Recolhia em oração
Ao ouvir o que cantavas*

*Esse Dom, que recebeste,
Permanece eternamente:
Tu, Amália, não morreste,
Pois estás, como estiveste,
No sentir da tua gente!*

Patuleia Mendes

Timor Loro Sae

Solidariedade não pode esperar

A Associação 25 de Abril está a lançar um desafio aos seus associados para que colaborem no esforço de reconstrução de Timor Loro Sae e a ADFA vai solidarizar-se com a iniciativa, apelando aos associados e amigos que participem das mais variadas formas.

"Não podemos deixar passar esta oportunidade de fazer história, tal como

fizemos no 25 de Abril", lembrou o coronel Vasco Lourenço, presidente da direcção da Associação 25 de Abril.

Face à situação, "exemplo típico do genocídio", e perante a destruição das famílias e de toda a estrutura social do povo timorense, o apelo faz-se lembrando "a nossa responsabilidade histórica", sem deixar de

sobressair o "referencial da comunidade lusófona" que representa Portugal.

A independência do povo timorense vai ter que passar pela reconstrução física de infra-estruturas, pelo regresso das populações que necessitam de meios elementares de subsistência.

A ADFA apela à aos associados para participarem nesta força solidária que

envolve o simples contacto ou troca de informações e mesmo o trabalho no terreno, em Timor, Austrália ou Lisboa, consoante a disponibilidade dos associados que queiram ajudar na reconstrução de um novo País.

As fichas de inscrição estão disponíveis na Associação 25 de Abril e na Sede Nacional da ADFA, bem como nas Delegações.

Rafael Vicente

12ª reunião do CCADFA Stress de Guerra com regulamentação em breve

FOTO: RAFAEL VICENTE



A ADFA participou, no passado dia 20 de Outubro, na 12ª reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), que teve lugar no Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa, na qual esteve representada pelo primeiro vice-presidente da DN, Catarini Salgado.

Uma agenda carregada levou à abordagem de assuntos como a contagem dos tempos de serviço e a proposta de regulamentação à Lei referente ao "Stress de Guerra", entre outros pontos incluídos nas informações.

Quanto à contagem do tempo de serviço para efeitos de aposentação, a proposta da ADFA já se encontra na posse da Caixa Geral de Aposentações, sendo aguardada no CCADFA mais informação sobre este assunto.

A Defesa informou também de que está a ser ultimado um projecto de Decreto-Lei para regulamentar a Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, referente ao à Perturbação Pós-Stress Traumático ("Stress de Guerra"), que será enviado à ADFA assim que esteja concluído.

No que diz respeito à questão da aplicação do DL 134/97, de 31 de Maio, a ADFA apresentou uma proposta no sentido de se efectuar uma reunião entre os representantes da Defesa e elementos dos quatro grupos de associados que têm debatido este assunto na Associação, no Ministério da Defesa Nacional, e com a presença de um representante dos órgãos dirigentes da ADFA. A proposta vai ser alvo de ponderação, pelo que a Associação aguarda uma resposta a breve trecho.

Sobre a questão dos prisioneiros de guerra e sobre a Lei que lhes concerne (Lei n.º 34/98, de 18 de Julho), o representante da ADFA foi informado de que a regulamentação deste diploma ainda não se encontra concluída.

O representante da ADFA no Conselho Consultivo avançou ainda com uma proposta em relação aos deficientes militares dos PALOP, visando a realização de um levantamento sobre as condições e o número de ex-combatentes que possam estar enquadrados. O Conselho foi também informado sobre as deslocações que alguns desses militares têm feito a Portugal, em busca de tratamento médico e de apoio para a qualificação como deficiente militar.

A ADFA insistiu na marcação de uma reunião entre os juristas da Associação e da Defesa para clarificação dos conceitos de "serviço" e de "campanha".

Sobre a questão dos deficientes em serviço, a ADFA lembrou a degradação das pensões de invalidez, bem como as diferenças de atribuição do grau de incapacidade antes e depois da entrada em vigor do novo diploma de Agosto de 1998.

Foram também focados outros assuntos, nomeadamente, a autorização legislativa visando a revisão do regime dos acidentes em serviço e das doenças profissionais (Lei 105/99, de 26 de Julho), a situação actual do Lar militar da Cruz Vermelha Portuguesa, e algumas informações referentes às instalações da EPAM e sobre a transferência da Tipografia-Escola da ADFA. •

R.V.

ELO

Director: António Carreiro

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 757 0502 Fax: 21 757 1319

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Reunião do Conselho Nacional

O Conselho Nacional (CN) da ADFA reuniu-se no passado dia 9 de Outubro, na sede nacional, em Lisboa, tendo a ordem de trabalhos sido dominada pelas questões envolventes do IV Congresso da ADFA.

Patuleia Mendes, conselheiro nacional e representante da comissão organizadora do IV Congresso da ADFA, nomeada pelo CN, informou os órgãos sobre a reunião da comissão realizada no dia 25 de Setembro, onde se fez um ponto da situação, e de onde saíram as propostas a apresentar no CN.

Foi proposta a realização de um Congresso voltado para "dentro", com teses preparadas e amplamente discutidas na Sede e Delegações, pelo maior número possível de associados, e que "conflua para uma salutar concretização de reflexão e vivência interior, longe de supérfluas envolverias externas. Um momento mais reflectido do que mediatizado."

Em sequência do já deliberado em reuniões anteriores, o CN deliberou que o IV Congresso ocorra em Lisboa, fora do espaço da Sede Nacional da ADFA e que o número de congressistas, por delegação, seja apurado com base em um por cento dos respectivos associados, no mínimo de três representantes por cada uma delas.

O CN decidiu ainda que se procurem "condições ideais, sem ostentação, para o alojamento dos congressistas vindos das delegações", e nas quais se desenvolvam, preferencialmente, todas as sessões do Congresso e sejam servidas as refeições aos participantes e equipa de apoio.

Foi aprovado o calendário apresentado pela comissão organizadora, que regula todas as fases da preparação do Congresso (as datas de realização do evento, embora já definidas por anterior decisão do CN, poderão ser objecto de proposta de alteração, face ao número das teses a debater e à dinâmica obtida na fase preparatória).

Foi recomendado aos membros do CN, em representação dos Conselhos de Delegação, que diligenciem junto daqueles, a nomeação das comissões organizadoras locais, até ao dia 23 de Outubro, bem como foi solicitada aos elementos do secretariado das comissões especializadas do CN a apresentação dos seus trabalhos de base para o debate associativo, dentro das especialidades, até 31 de Outubro.

Os elementos base de trabalho e de reflexão apresentados pelas comissões especializadas são: Legislação, Reabilitação, Relações Internacionais, Desenvolvimento da ADFA e Associativismo e Dinamização. Os documentos e o regulamento do Congresso estão expostos na Sede e nas delegações e podem ser distribuídos aos interessados.

A Sede disponibilizou um espaço de trabalho que pode ser solicitado através do Gabinete dos Órgãos Sociais, com a antecedência que permita a eventual distribuição de tempos de uso.

Além da calendarização de reuniões prevista pela comissão organizadora na Sede, os associados que pretendam debater as suas teses podem propor a realização de outras reuniões em dias distintos das já programadas.

Foi ainda lido o parecer do CFN sobre a gestão do primeiro semestre e foi apresentada a avaliação da mesma pela DN. Neste ponto, com algumas intervenções mais emotivas, foram levantadas dúvidas sobre alguns aspectos relacionados com a gestão que os conselheiros e a própria DN pretendem ver esclarecidos em próxima reunião.

A DN informou sobre a estratégia legislativa, aludindo ao trabalho realizado na reunião de executivos do dia 18 de Setembro.

O último ponto apresentado incidiu sobre o novo Departamento de Reabilitação e Apoio Social da ADFA, abordado a título de informação devido a falta de quórum pelo adiantado da hora.

R.V.

Conselho Nacional

A MAGN vai convocar o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, a realizar na Sede, no próximo dia 27 de Novembro, Sábado, com a ordem de trabalhos ainda a estabelecer e que oportunamente será enviada a todos os conselheiros.

DN prepara audiência

A Direcção Nacional da ADFA foi recebida em audiência pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, no dia 18 de Outubro, em Lisboa.

Os representantes da DN no encontro, Humberto Sertório, presidente, e Catarino Salgado e Sarmiento Coelho, primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente, apresentaram a posição da ADFA em relação à dignificação do monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, que irá integrar placas onomásticas dos militares falecidos no período da Guerra Colonial e que cuja inauguração está prevista para curto prazo.

A ADFA está a preparar um memorando com sugestões sobre pontos da agenda da audiência com o Presidente da República, incluindo-se alguns assuntos já expostos no Ministério da Defesa Nacional.

Tendo em conta as questões apresentadas pela DN, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República agendou de imediato uma audiência a conceder pelo Presidente da República, que ocorrerá no próximo dia 2 de Novembro. •

R.V.

Novo ministro da Defesa

Na sequência das eleições legislativas, tomou posse o novo governo liderado por António Guterres, que conta com o ex-bastonário da Ordem dos Advogados, Júlio Castro Caldas, como ministro da Defesa Nacional.

Para o lugar de secretário de Estado da Defesa Nacional estava indigitado Miranda Calha, anterior secretário de Estado do Desporto, que entretanto fez veicular na Comunicação Social que não pretende assumir o cargo enquanto a questão das "viagens fantasmas" não estiver esclarecida.

O ministro da Defesa Nacional manifestou de imediato a sua inteira confiança e solidariedade a Miranda Calha.

A ADFA já felicitou o novo ministro e espera que o MDN continue a manifestar cada vez mais sensibilidade para a resolução dos problemas pendentes dos deficientes militares. •

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos
disponíveis



Atendimento
personalizado



Técnicos
especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
TM: 0931 25 50 23
Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
TM: 0931 26 61 53



ELO